

**A IMPRENSA
E O
DEVER DA VERDADE***

Rui Barbosa

Prefácio de Freitas Nobre
Terceira edição, atualizada e revista

* BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 80 p. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2)

SUMÁRIO

Um livro com dois objetivos – Freitas Nobre 3

A Imprensa e o Dever da Verdade

Legítima defesa	18
O Orador e seus auditórios	18
O grande criminoso	20
Segredo e mentira	20
A imprensa	21
Do ótimo ao péssimo	22
Mau governo, má imprensa	23
Maus exemplos	24
Irresponsabilidade	24
Imprensa e presidencialismo	25
O pior messalinismo	25
Rascas na assadura	26
Confessos	27
Consciências obliteradas	28
O código penal	29
Ainda a confissão	29
O juízo dos corruptores	30
Mais fatos	31
O caso das últimas emissões	31
Depoimento capital	32
Subvenção ou suborno?	33
Como a política julga a imprensa	34
Então por que fugir do inquérito?	34
Os rombos da caixa	35
Por que é que alguns calam?	36
Quais os amigos da imprensa	37
<i>Veritas Carissima</i>	37
A moral dos povos livres	37
O exemplo norte-americano	38

UM LIVRO COM DOIS OBJETIVOS

A Imprensa e o Dever da Verdade é uma conferência com dois objetivos: chamar a atenção da comunidade para a responsabilidade dos meios de comunicação coletiva e contribuir para os serviços de assistência social e educacional prestados por entidades particulares.

Sem dúvida, os alcançou.

A conferência foi editada na Bahia, em 1920, revertendo o resultado da edição para a manutenção do Abrigo dos Filhos do Povo, de Salvador, dirigido por Raymundo Frexeiras. A entidade possuía dez escolas, algumas delas tão humildes que tinham apenas cobertura de palha.

Rui Barbosa não pôde proferir a conferência, por motivo de moléstia, mas em 15 de janeiro de 1920, foi visitar a entidade, quando lhe foi prestada comovente homenagem, cerimônia que foi presidida pelo jornalista Armando de Campos, redator-chefe de *A Tarde*, diário editado naquela capital.

A primeira edição da conferência apresentou numerosos erros, alguns deles crassos, obrigando a uma Errata no final do volume, com a explicação de que “o Conselheiro Rui Barbosa não pôde corrigir esta conferência no autógrafo, impedido pela moléstia e pelas agitações que intraquilizaram os últimos anos de sua vida”.

Conhecendo a preocupação de Rui relativamente à impressão do texto corretamente, a diretoria da entidade beneficiada procurou explicar as numerosas falhas: “Também a urgência reclamada pela instituição a que a conferência vai beneficiar, justifica a impossibilidade de uma rigorosa revisão pelas pessoas encarregadas desse trabalho”.

Na sua primeira visita ao Abrigo em 15 de janeiro de 1920, Rui deixou, além de uma contribuição financeira pessoal, estas impressões que foram publicadas em fac-símile como anexo da primeira edição da conferência:

Nunca aspirei ao governo de minha terra. Algumas vezes, todavia, momentânea veleidade, tenho lastimado não o ser, cogitando no bem que, então, me concederia Deus, talvez a graça de fazer aos meus naturais, aos filhos como eu, desse inditoso Estado. Uma delas foi hoje, e agora, ao ter diante dos olhos o quadro da miséria infantil, nestas quatrocentas crianças, do povo da Bahia, a que se lida por dar educação aqui, neste estabelecimento, que um governo inimigo da instrução pública recusa contemplar com algumas das migalhas da sua prodigalidade, e abandona, dest'arte, a viver na indigência, para acabar de miséria.

Cidade do Salvador, 15 de janeiro, 1920.

Vê-se, pois, absolutamente demonstrada a dupla finalidade da conferência que, hoje, graças à louvável iniciativa da Escola de Comunicações e Artes da USP, dirigida pelo Prof. José Marques de Melo, é reeditada quando seus direitos autorais já se encontram no domínio público.

O objetivo político que significa a revolta de Rui contra a corrupção que alcançou a imprensa e o chamamento aos princípios éticos que devem nortear a atividade profissional do jornalista e da empresa, encontram-se conjugados com o profundo espírito de fraternidade que caracterizou toda a sua vida.

A conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade* faz recordar uma outra, também de enorme repercussão, conhecida como *Oração aos Moços* que ele escreveu como paraninfo da turma de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo, a memorável Academia do Largo de São Francisco. Esta conferência, lida em 29 de março de 1921 por Reynaldo Porchat, foi editada em 1949 pela Universidade de São Paulo em publicação fac-similada.

O esquema das conferências desnudas objetivos que se casam, nas reações políticas de Rui aos erros e vícios da sociedade, ao nepotismo, à corrupção, ao arbítrio dos governantes e, ao mesmo tempo, o chamamento dos jovens para a recuperação moral da Nação.

A “Explicação Prévia” do Prof. José Soares de Melo abre a edição da conferência dirigida aos bacharelados de Direito e esclarece que Rui fizera exames finais na Faculdade de São Paulo em 28 de outubro de 1870, quando recebeu seu diploma de bacharel e quando em 1920, contando já com 70 anos, foi escolhido para paraninfo, portanto, meio século depois de sua formatura.

Doente, insistia para que os estudantes escolhessem outro paraninfo, mas teve que ceder ao insistente pedido dos acadêmicos.

Rui encontrava-se em Poços de Caldas, Minas Gerais, onde fazia uma estação de cura. Justificou-se com uma declaração do seu médico particular, mas os estudantes preferiram adiar a data da formatura para não lhes fugir a oportunidade de tê-lo como paraninfo.

Miguel Couto, seu médico, foi peremptório: “Doente, Rui não pode ir a São Paulo”.

Rui leu o discurso que escreveu para dois estudantes que novamente o procuraram, no Rio, e estes trouxeram os originais para o Prof. Reynaldo Porchat para a leitura na solenidade de diplomação.

Circunstância idêntica ocorreu com a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade* que foi lida por João Mangabeira, conforme ele próprio esclarece em seu livro *Rui, o Estadista da República*, Rio, Editora José Olympio, 1943, p.357.

Várias são as edições dessa conferência.

Uma delas, talvez a mais difundida, de 1970, deve-se à Editora Organização Simões que ignorou a Errata da edição original, reproduzindo quase todos os seus erros.

Uma das reedições dessa conferência esteve a cargo da Imprensa Oficial da Bahia num volume intitulado *Lições de Rui*, com seleção feita por Heitor Dias que era exatamente o diretor daquela empresa gráfica do Estado e lançado em novembro de 1949.

A conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*, ali reproduzida, contém inclusive subtítulos alterados, com a mutilação de alguns períodos e até a eliminação de longos trechos sem qualquer menção a essa circunstância.

Exemplificando, à página 109 da referida edição, encontra-se o subtítulo “A moral dos povos livres”, substituído pelo “O dever da verdade” que por sinal é o título da palestra; o subtítulo “A Imprensa” foi substituído por “A vista da Nação”; “Mau governo, má imprensa”, por “Amizades suspeitas”, e assim por diante.

Vê-se como o tempo vai possibilitando modificações do texto que o autor não autorizaria e que acabam por deformar as publicações originais.

Procuramos através de projeto de lei assegurar por intermédio de uma entidade que poderia ser oficial ou particular, como a Academia Brasileira de Letras, a verificação da

autenticidade das reedições de obras que caíram no domínio público, para evitar esse crime contra o direito moral do autor praticado desavergonhadamente no país.

As editoras que lançam Eça de Queiroz, Machado de Assis, Balzac etc., com a redução de capítulos para exploração econômica das obras de criação, organizaram um fabuloso *lobby* tendo como ponto central o argumento de que essa verificação de autenticidade era uma censura...

Nascido em 5 de novembro de 1849 e falecido em 1º de março de 1923, a vida de Rui Barbosa foi uma trajetória de trabalho e coerência. Como advogado, foi ousado e independente, enfrentando as causas difíceis com a energia e dedicação com que cuidava das menores e mais simples questões, sendo por isso mesmo considerado o “advogado das causas do povo brasileiro e dos direito humanos”.

A ele alguns pretendem negar atualidade, esquecidos de que a ação de Rui não pode ser limitada no espaço nem no tempo.

William Stead, jornalista que editava um periódico em Haia, o *Courier de la Conférence*, dando cobertura à conferência realizada naquela cidade da Holanda, referindo-se a Rui (revista *Forum*, Salvador, 1973, p.15), assim testemunhava a ação do representante brasileiro:

As duas maiores forças pessoais da Conferência foram o Barão de Marshall, da Alemanha, e o Dr. Barbosa, do Brasil. Atrás do barão, porém, se erguia todo o poder militar do imperador germânico, ali bem à mão e presente a todos os delegados.

Atrás do Dr. Barbosa, estava, apenas, uma longínqua república desconhecida, com exército incapaz de qualquer movimento militar e esquadra por existir. Todavia, ao acabar a Conferência, o Dr. Barbosa pesava mais que o Barão Marshall. Maior triunfo pessoal na recente Conferência nenhum dos seus membros obteve e tanto mais notável foi, quando o alcançou ele, por si só, sem nenhum auxílio estranho. Aliado não tinha o Dr. Barbosa; tinha muitos rivais, muitos inimigos e, contudo, vingou àquele cimo. Foi imenso triunfo pessoal que redundou em crédito para o Brasil.

Ele afirmava acreditar na “tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições”. Por isso mesmo, declarava abominar “as ditaduras de todo gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares”.

Sabia Rui conjugar o exercício da advocacia com a profissão de jornalista e mesmo ao empossar-se no Instituto dos Advogados, não omitira a vocação, afirmando: “Duas profissões tenho amado sobre todas — a imprensa e a advocacia”. E acrescentou, justificando as razões desse compromisso: “Numa e noutra me votei sempre à liberdade e ao direito”.

Na resposta a Cezar Zama em *Esfola da Calúnia*, p. 41, está a reafirmação de Rui ao dizer que “...jornalista é que eu nasci, jornalista é que sou, de jornalista é que não me hão de demitir, enquanto houver imprensa, a imprensa for livre e este resto de liberdade nos indicar que a pátria respira”.

Rui ao se identificar primordialmente como jornalista, lembra Chateaubriand, o consagrado escritor francês que assim se qualificou perante o juiz. E Rui se retrata ao reproduzir esse fato, comentando:

Tão múltipla era a sua atividade, em tantas esferas de inteligência era primaz o escritor, o historiador, o diplomata, o administrador, o antigo Par de França, tantos títulos tinha, e de todos se esqueceu para se condecorar perante os juizes, com o de simples jornalista.

As tribunas judiciária e parlamentar completavam sua atividade jornalística. A eloquência da tribuna não ficava a dever à atividade no jornal, lutando pela República no *Diário de Notícias*, ou na defesa de 47 vítimas do governo de Floriano Peixoto, declarando ao Supremo Tribunal Federal, quando defendia o *habeas corpus* impetrado junto àquela Corte de Justiça que “a verdadeira impetrante daquela ordem era a Nação”.

Mas se reclamava a liberdade, também clamava contra as distorções. Proclamava Rui:

Liberdade! Entre tantas que te trazem na boca, sem te sentirem no coração, eu posso dar testemunho da tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu Evangelho; porque no fundo de minha consciência eu te vejo incessantemente, como estrela no fundo obscuro do espaço (*Antologia de Rui Barbosa*, Luís Viana Filho, p. 45).

A advocacia e a imprensa foram seus principais instrumentos de luta contra o arbítrio, a injustiça, a corrupção.

Era um *herói desarmado*, na expressão de Aliomar Baleeiro. Não importava que a tribuna fosse a de Haia, sustentando a tese de igualdade das Nações, ou a do Parlamento, terçando suas armas com Joaquim Nabuco, Bezerra de Menezes, Silveira Martins, Bittencourt Sampaio, Joaquim Manuel de Macedo e tantos outros.

Afonso Celso o descreve:

Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insusceptível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava duas, três, quatro horas consecutivas, sem repousar, sem soluções de continuidade, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante a afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente.

Mas Rui não era apenas o editorialista, o cronista político. Era o jornalista que ia ao noticiário policial e dele tirava razões para a dura verrina que sempre caracterizou sua pena.

Certa feita, a Polícia prendera e matara por asfixia a prostituta Ida Maria.

Imediatamente, Rui (*A Imprensa*, 21.12.1900) publicava um editorial que assim concluía: “É o que está sucedendo com a polícia da prostituição no Rio de Janeiro, cuja estupidez, cuja torpeza, cujo selvagismo acaba de tocar logicamente ao auge no caso doloroso e fúnebre de Ida Maria”.

Mas, no dia 22 do mesmo mês e ano, volta Rui pelas colunas de *A Imprensa*, da qual era seu redator-chefe, a examinar o fato policial com o título “Por onde rebenta a corda”:

Ida Maria fechou com o seu triste nome o nosso editorial de ontem, e abre o de hoje. Aí estão os resultados, com que o pudor oficial vai conseguindo afastar a prostituição dos olhos da sociedade. A cortina, destinada a separar e encobrir, transformou-se na tela de um cinematógrafo, onde a publicidade quotidianamente projeta as cenas odiosas da mazorca branca, organizada para o uso das relações entre a polícia e o lupanar. Não há dia em que um, dois, três episódios famosos da mais vil brutalidade, exercida por homens sobre mulheres, por criminosos sobre infelizes, por exploradores sobre explorados, por mandões sobre desvalidos, não abra aos olhos das nossas famílias o teatro desse mundo maldito, não lhes solicite a curiosidade para os seus segredos, não lhes acorde a simpatia pelos seus infortúnios, e não leve as almas honestas, por um confronto inevitável, comiserando-se dessa classe abandonada e indefesa, a olhar com desprezo os instrumentos da autoridade, que se cevam na agravação inútil daquela desgraça.

E conclui o editorial:

Os mais, os demitidos, não eram moralmente responsáveis senão em segundo e terceiro grau. De sorte que o engenho malfazejo ficou. Ficaram os inventores. Apenas se mudam os serviços. Outros braços, sob as mesmas cabeças. A corda rebenta pelo lado mais fraco, dirá o povo, cada dia mais desiludido. E não terá razão?

Quando a verrina de Rui se tornava mais áspera, o obrigava a publicar suas denúncias como matéria paga, como ocorreu por ocasião de intervenção federal na Bahia.

Seus artigos, demonstrando a inconstitucionalidade daquela intervenção, reunidos posteriormente em volume (*O art. 6º da Constituição e a Intervenção de 1920 na Bahia*, Rio, Castilho Editor, 1920), tiveram que ser publicados como anúncio, porque os jornais se negavam a divulgar crítica ao governo central. Luís Viana Filho esclarece que Rui pagou a vultosa quantia de 3.200\$000 (três contos e duzentos) pelas publicações no *Jornal do Comércio*.

No primeiro artigo dessa série, Rui ia direto sobre o Ministro Militar, em linguagem que não tinha nada de conformista: “Os bigodes do Ministro da Guerra que andam embainhados, voltarão a enkaiserar-se...”

Sua vocação para a atividade jornalística era sempre lembrada, e por ter sido parlamentar é que lhe cabia advertir que “nos países onde o parlamento representa mal a Nação, a pena do jornalista vale mais que a eloquência do orador”.

Dizia, mesmo, que de suas idéias fixas, a que menos variava era a do jornalismo.

Lembrava que tinha sido pelo jornalismo que começara sua vida e quando julgava terminadas suas “aspirações públicas”, restava-lhe “essa janela de minha alma, por onde me acostumei, durante tanto tempo, a conversar, todas as manhãs, para a rua, com os meus compatriotas, na mesma plenitude de franqueza com que me dirigisse para dentro de mim mesmo”.

Era o artigo, a crônica, o editorial que o faziam partícipe das preocupações da comunidade e que o colocavam em contato direto com o seu público.

Rui tinha razão em dizer que amanhecera a vida com o jornalismo.

Abolicionista com Castro Alves, em São Paulo, ingressara no grêmio acadêmico Ateneu Paulistano que era presidido por Joaquim Nabuco.

Seu primeiro artigo tratava da “Centralização das Academias”.

Com o retorno de Nabuco ao Recife, Rui assume a presidência do Ateneu, e Castro Alves é escolhido seu primeiro orador.

Em março de 1869, voltando das férias que passara na Bahia, Rui propõe o lançamento de um jornal abolicionista com título de *Radical Paulistano*, que circulou a partir de 12 de abril daquele ano.

Curioso observar que para suas conferências, como a que pronunciou em 12 de setembro de 1869, os convites traziam uma “declaração expressa” de serem as mesmas “extensivas às pessoas menos instruídas”. Era a preocupação de alcançar as classes mais modestas da população. O sucesso era garantido e o jornal *Correio Paulistano* chegava a destacar a repercussão de suas palestras.

Na campanha civilista, em discurso que proferiu na Faculdade de Direito de São Paulo (*Obras Completas*, Rio, 1951, vol. I, tomo I, p. XXVI), ele lembrava a propósito da conferência de 12 de setembro de 1869 no *Clube Radical* que sua estréia “na tribuna popular, ainda estudante, foi a defesa do escravo contra o senhor”.

O pai de Rui, João José Barbosa de Oliveira, assustava-se com as posições avançadas do filho e em 1870, escreve a Rui em contestação às explicações que recebera na Bahia: “Estranhastes que teu pai te escrevesse com certa energia, a propósito de teu discurso no comício ao povo, da continuação de tuas manifestações radicais...”

À época, Rui já escrevia não apenas para os jornais acadêmicos, mas, igualmente, para a grande imprensa.

No semanário republicano *Radical Paulistano* juntamente com Américo de Campos, Luiz Gama e outros, articulava-se visando a mudança do regime e a campanha abolicionista. No semanário, *A Independência* (11.06.1868), reagia contra a pretendida transferência da Academia do Direito de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Integrou-se à Loja Maçônica (*Loja América*) para ampliar sua atuação abolicionista, sendo escolhido seu orador.

Empolgava a mocidade acadêmica nas campanhas libertárias, estimulando-a a se integrar nos movimentos populares que reclamavam a Abolição e a República.

E foi nesse clima acadêmico que ele saudou José Bonifácio, o Moço, em 13 de agosto de 1868, apelando aos jovens, ou seja, a sua própria geração: “Os combatentes de hoje são as aves já em meio do caminho, pousadas nos ramos secos da floresta. A mocidade é o futuro, as andorinhas em busca da primavera e de luz”.

Sua vida acadêmica foi o prenúncio das grandes lutas políticas e de profícua atividade intelectual.

Diplomado bacharel em São Paulo e de volta à terra natal, logo se fixa no *Diário da Bahia*, sendo seu redator-chefe e ali permanecendo durante sete anos.

Fernando Nery nas “Notas” com que abre o volume *Columnas de Fogo*, de Rui (Rio, Editora Guanabara, 1933), onde se reúnem principalmente os seus artigos publicados em *A Imprensa*, adverte:

O papel de Rui na imprensa brasileira ainda está para ser escrito, e é assunto que merece ser estudado por quem disponha de fôlego largo, pois estudá-lo nessa vasta província de sua assombrosa atividade mental equivale a recensear os nossos grandes estágios políticos desde 1868 até os primórdios do atual estado amorfo, caótico e anárquico em que se debate o Brasil, nesta hora amarga para todos os povos.

Realmente, partindo dos jornais acadêmicos *O Ypiranga* e o *Radical Paulistano* de sua época de estudante na Academia do Largo de São Francisco, vamos surpreendê-lo em Salvador, aos 24 anos, como redator-chefe do *Diário da Bahia*, de 1870 a 1879, ou no Rio de Janeiro em 1883 a 1884, ou mesmo em 1895, escrevendo com pseudônimo no *Jornal*

do *Comércio*, os editoriais do *Diário de Notícias*, do qual foi redator-chefe, em 1889 ou em sua nova fase, de 1911 a 1912 e, ainda, no *Jornal do Brasil* em 1893; em *A Imprensa* (fundada por ele, e secretariada por João Luso) de 1898 a 1901; no *Imparcial*, no *Correio da Manhã*, de Lisboa, na *Tribuna*, em *O Paiz*, do qual em 1884 chegou a ser seu redator-chefe, mas apenas por três dias, pois segundo Elmano Cardim, Rui discordou da nova orientação do jornal sobre o trabalho escravo, deixando, por isso, a chefia de redação.

A cada insucesso político, Rui voltava com mais força à atividade jornalística.

Cidadão do mundo, grande defensor do *habeas corpus*, a Rui não escapavam as grandes questões internacionais, especialmente quando elas se vinculavam à defesa dos direitos humanos e da igualdade das Nações.

O mundo o conhecia como “o pequeno homem”.

Michel Simon em *Rui*, livro que traz como abertura uma mensagem de Paul Claudel (Rio, Edição Casa de Rui Barbosa, 1949), bem retrata sua figura internacional, quando descreve sua adesão às nações invadidas na Primeira Grande Guerra:

Nous sommes en 1914. L'Allemagne de Guillaume II vient de déclarer la guerre à la France et à l'Angleterre, et à la Russie, pas seulement à ces trois pays, mais au monde entier, aux principes sacrés sur lesquels repose la civilisation chrétienne. Ses armées ont passé la frontière, pas seulement la frontière de la Belgique et de la France, celle du Droit. Et aussitôt la première voix à s'élever, la première protestation, est celle du petit homme.

Não é só.

De janeiro a junho de 1895, no *Jornal do Comércio*, do Rio, inicia com longos e fundamentados artigos, a campanha em defesa de Dreyfus, cujo processo tornou-se famoso em razão da injustiça praticada contra o tenente judeu das Forças Armadas Francesas.

Percorre o Brasil e vai a Buenos Aires em companhia de Jean Jaurés, o político e jornalista francês, fundador de *L'Humanité*, proferindo conferências em defesa de Dreyfus.

Michel Simon em livro já citado (p. 85), afirma que o próprio Dreyfus declarou a um diplomata português em Genebra, na Suíça, que Rui Barbosa fora o primeiro a afirmar sua inocência, antes mesmo de Bernard Lazare e Emile Zola.

No correr de 1895 escreve, também de Londres, para o *Jornal do Comércio*, sobre a filosofia cristã e o livro de Balfour, *The Foundations of Belief*, a guerra sino-japonesa, o Congresso e a Justiça no regime federal, analisando as relações dos Poderes Judiciário e Legislativo.

E está aí a origem de suas *Cartas da Inglaterra*.

Durante seu exílio, na Inglaterra, não perdeu o contato com o jornal. De Londres enviava seus trabalhos para o *Jornal do Comércio*, sendo dessa época os artigos em defesa de Dreyfus, antecipando-se ao *J'Accuse*, de Emile Zola, cuja denúncia obrigou a revisão processual.

Embora livre de dogmatismos, como bem revela em *O Papa e o Concílio* e na Carta Constitucional de 1891 que a ele devemos, primordialmente, sua vivência espiritual era profunda.

Assim ele se revela nos numerosos escritos e, especialmente, na *Oração aos Moços*.

Em novembro de 1919, conferência que pronunciou na cidade de Feira de Santana, na Bahia, Rui dizia:

Se o poder se regesse pela lei do Evangelho, regido seria o mundo pela lei do amor, que é a lei de Jesus. Mas o poder não conhece o Evangelho senão para o desprezar. Toda essa gente nos olha de cima para baixo, vai à missa ou se ajoelha nos templos, veste a opa das procissões, ou beija a mão aos ministros do Senhor, brilha nas devoções, ou priva com o clero, mas enchem de fel a vida do próximo, acossam de iniquidades os pequenos, e espremem até o sangue o coração dos seus semelhantes. É que não conhecem do Evangelho senão o avesso.

Sua crítica à hierarquia eclesiástica está bem articulada o *O Papa e o Concílio*, bem demonstrando que para ele o seu Deus não era

o Deus dos dogmáticos, dos intolerantes, dos fanáticos, dos que reduzem a divindade à encarnação das paixões do homem a forma mais grosseira da idolatria e do politeísmo, mas a realidade suprema do universo, a fonte de todos os valores eternos e sacrossantos da vida, sem a qual a justiça, a liberdade, o bem e a verdade em todos as suas formas e em todas as suas expressões se esvaziam, perdendo o seu dinamismo e o seu poder fecundador do caráter e da tarefa de cada dia (citação reproduzida em *O Estado de S. Paulo*, de 1.03.1973).

Os que o acusaram de prolixo e alheio aos problemas da educação ignoraram seus projetos e pareceres apresentados ao Congresso ou suas observações críticas à Universidade.

Em *A Ilustração Brasileira e a Idéia da Universidade*, edição da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, 1959, p. 373, vamos encontrar trechos do Relatório de Rui Barbosa transcritos por Roque Spencer Maciel de Barros.

Um dos trechos ali transcritos, bem definem a opinião de Rui sobre a matéria:

A idéia de Universidade, vós o sabeis, não se reduz em sua realização objetiva à concentração em certo e determinado local de três, quatro ou cinco estabelecimentos de instrução superior. Deve ser a tradução da síntese do saber, ligadas entre si as partes

integrantes de cada uma das instituições de que ela se há de compor, e relacionadas estas umas com as outras de modo que continuam um todo harmônico, animado do mesmo espírito e tendendo ao mesmo fim;... deve ser o centro pedagógico, e o motor da inspeção, que promoverá e realizará, etc. etc.

Rui Barbosa, aos 31 anos de idade, foi relator do Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, como membro da Comissão de Instrução Pública do Legislativo e teve oportunidade de fazer uma análise realista da política educacional.

Nesse parecer e em outros na mesma Comissão, Rui via a educação como investimento e, por isso mesmo, insistindo sempre em mais recursos para o setor.

Insurgiu-se contra o ensino religioso obrigatório nas escolas que “transforma o professor em um serventário da sacristia, e a infância escolar em um rebanho de catecúmenos do clero” (*Obras Completas*, edição Casa de Rui Barbosa).

O Ministro do Império Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, comentando o parecer de Rui sobre a proposta de Reforma do Ensino Secundário e Superior, de 13.04.1882, observara que o seu parecer “deixar-nos-á de pé ante o mundo e tu haverá construído para esta fase da civilização brasileira um monumento que há de deixá-la bem com o século” (*Obras Completas*, vol. 1, tomo I, transcrita por Thiers Martins Moreira em sua apresentação).

Pelas suas posições avançadas, Rui via a Universidade como um poder autônomo e não como instrumento de outro poder.

Aliás, sua preocupação com a educação e, particularmente, com a missão moderna da Universidade, não estava distante dos conselhos que transmitiu aos jovens acadêmicos de São Paulo, como paraninfo, e que iam das críticas ao Judiciário às deformações do Executivo e às omissões do Legislativo.

Assim, aconselhava: “Não sejais, pois, desses magistrados, nas mãos de quem os autos penam como as almas do purgatório, ou arrastam sonos esquecidos como as preguiças do mato”.

E também os aconselhava a “não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura”, mas “servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade”.

A Imprensa e o Dever da Verdade é fonte inesgotável para citações, toda vez que o problema da comunicação, suas questões éticas, a responsabilidade e a função social dos meios de informação coletiva e o dever profissional do jornalista e da empresa são colocados em exame.

Quando Rui afirmava que “a imprensa é a vista da Nação” e discorria sobre sua necessidade e os riscos de sua falta, incluía o quadro que ele considerava precário daqueles dias em que “a publicidade se avariou, e em vez de ser os olhos por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal que lha clareia, é a obscuridade, onde se perde”.

Penetrou os aspectos éticos da ação oficial, com o governo subornando jornais, através de “recursos diabólicos”.

Ligou os regimes de responsabilidade à fiscalização da comunidade, que se faz operante através da imprensa e advertiu a todos dos riscos do suborno dos jornais e dos jornalistas, acusando quem “tem a religião do embornal, guarda a fé na manjedoura, ou no cocho, e adora o milho”, ou seja, o milho que “é o ídolo dos afocinheiros da mentira”.

Defendeu o dever de informar sem omissões, fixando critérios éticos que, se pudessem vingar, fariam da imprensa o escudo em que a sociedade se resguardaria da mentira oficial e se prepararia melhor para reformar o Estado, colocando-o em condições de servir a comunidade não aos governantes.

Por isso é que, depois de afirmar que Deus deixou ao homem três âncoras — o amor da Pátria, o amor da liberdade e o amor da verdade — citou o princípio que fora enunciado por Gladstone, falando pelo governo da Rainha Vitória ao agradecer o “valioso apoio” do *Times*, subscrevendo se lema, segundo o qual “nunca se deve encobrir ao público circunstância alguma, quaisquer que sejam os inconvenientes de sua divulgação”. A fixação desse princípio ético recebeu na Conferência de Rui o subtítulo “A moral dos povos livres”, demonstrando a profundidade, a oportunidade e a permanência do conceito como fundamental à sobrevivência, não apenas da imprensa livre, mas dos povos soberanos.

E completa, mais adiante, seu pensamento, ao citar Rhodes (*History*, V, p. 217) que ressalta; “a um povo livre não se deve ocultar coisa alguma do que tão intimamente o interessa”.

Defende, de outra parte, o direito de penetrar até mesmo na privacidade do homem público, quando a sociedade tenha a necessidade de conhecê-lo na intimidade, até para que possa dar-lhe o voto de confiança ou rejeitar-lhe a outorga de um mandato popular.

Nesse sentido, suas palavras ficam marcadas na conferência que pronunciou sobre *A Imprensa e o Dever da Verdade*, quando declarou:

O poder não é um antro, é um tablado. A autoridade não é uma capa, mas um farol. A política não é uma maçonaria, e sim uma liça. Queiram ou não queiram, os que se

consagraram à vida pública, até à sua vida particular deram paredes de viro... Para a Nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos; no procedimento dos seus servidores não cabe mistério; e toda encoberta, sonegação ou reserva, em matéria de seus interesses importa, nos homens públicos, traição ou deslealdade aos mais altos deveres do funcionário para com o cargo, do cidadão para com o país.

A lição permanece intocável, pois as veleidades do homem público devem ficar sob as luzes dos refletores que permitam à comunidade conhecer os que pretendem representá-la.

E mais atual ele se revela quando renova a advertência no mesmo tom em que escreveu a palestra para o Abrigo dos Filhos do Povo, na Bahia, fundado “em 3 de março de 1918 pelo proletário Raymundo Frexeiras”, conforme consta das “Notas” do anexo da primeira edição.

Para ele, a imprensa não significa simplesmente uma liberdade individual, mas uma instituição de ordem pública e, por isso, conclui que “não se suprime essa liberdade, senão para ocultar a ausência das demais”.

Não foi sem razão que a cidadania do país se ergueu para homenageá-lo quando seu corpo franzino desceu ao chão para voltar ao pó, deixando um fecho de luz que atravessa os tempos e as geografias.

Junto ao seu túmulo, João Mangabeira, que havia lido na Bahia a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*, no impedimento de Rui, lembrou que sobre ele se haviam concentrado as preterições política, as injustiças dos partidos, as violências do poder e do ostracismo, mas arrematou com a exclamação de que “o gênio dá apenas por horas a impressão da morte”.

Freitas Nobre

Prof. da Escola de Comunicações e Artes

ECA-USP

Senhores

Ninguém terá mais pena que eu dos grandes auditórios condenados por si mesmos a ouvir as minhas conferências, largas e derramadas como costumam ser. Ninguém se condoerá mais que eu dessas vastas assembléias, cuja abnegação de si próprias as oferece (coisa estranha e desnatural), tão de sua vontade e tantas vezes, ao suplício de virem escutar um orador palavreiro e tedioso, qual me pintam os meus inimigos.

Não basta a me absolver de tamanha culpa o serem esses mesmos comícios e, como os outros, este de agora, os que vêm buscar estas maçaduras, os que a elas de boa mente se entregaram.

Poderiam ser, quiçá, pecadores em via de arrependimento, que, dando neste gênero singular de macerações, quisessem aqui ciliar-se das suas dores de consciência, sujeitando espinhaço e lombo à rijeza e desmedimento destas.

Então, ainda que se dessem essas boas almas, elas mesmas, de pura vontade sua, ao tormento dos meus discursos, não era de bom cristão desapiedar-me eu tanto do próximo, que me sentisse bem no papel de instrumento destes tratos de bordoada seca em quem ma não devia merecer.

Mas, senhores, considerai, antes de mais nada, que, nisto houvera mal, não poderia haver maldade; pois, com as minhas moedeiras, o primeiro moído, e de ordinário mais que todos, há de ser o seu próprio autor.

Atentai, depois, em que nada são do meu gosto estas canseiras, vossas e minhas. Não o são, nem podem ser. Antes a elas me acuam os meus perseguidores, sem razão, justiça, nem verdade; e, posto entre o cutelo e a parede, ou lhes hei de entregar a reputação e as idéias, como a bolsa a salteadores, ou vindicá-las a todo o poder que eu possa, esgotando as larguezas e franquias reconhecidas sempre, em toda a parte reconhecidas,

não só na legítima defesa da vida e inteireza física, mas na da honra, na do nome, a das convicções, que mais do que aquela outra vale e presta.

Isto posto, esta minha a que por aí chamam prolixidade, bem fora estaria de merecer os desprezinhos, que nesse vocábulo me torcem o nariz. A mais copiosa das orações não é, ainda assim difusa, quando o assunto não comporta menos dilatado tratamento. Não haverá prolixidade, em não havendo sobejidão; e o discurso não entra a cair no vício de sobejo, senão quando excede a medida à matéria do seu tema. Só principia a superabundância, onde se começa a descobrir a superfluidade.

Nestas apreciações de tamanho não se percam de vista as noções de relatividade e proporção. *A Ilíada* consta de vinte e quatro rapsódias, e de vinte e quatro a *Odisséia*. Já o grande poema de Virgílio, a *Eneida*, não se compõe senão de doze livros, nem mais de outros tantos de Milton ao seu *Paraíso Perdido*. Com *Os Lusíadas* ainda baixa a conta: são apenas dez cantos. Mas os da *Divina Comédia* montam a cem. E quem, por isto, irrogaria ao Dante a nota de perluxo? O florentino responderia com vantagem, que, onde couberam os heróis de Homero, Virgílio, Milton e Camões, não caberia o inferno, o purgatório e o paraíso, Deus, o tempo e a eternidade.

Num hectare há, decerto, muito menos prolixidade que num quilômetro quadrado. Mas evidentemente, onde se acomoda um jardim ou uma chácara, não haverá espaço, onde chegue uma aldeia, ou uma cidade. Muito mais avulta e pesa um tonel do que um litro. Mas ninguém meterá duas pipas de vinho numa garrafa.

Assim, o escritor curto em idéias e fatos será, naturalmente, um autor de histórias curtas, assim como de um sujeito de escasso miolo na chola, de uma cabeça de coco velado, não se poderá esperar senão um político “de breves análises” ou chochas tolices. Mas, onde não minguar o conteúdo, não pode ser minguado continente.

Em quatro palavras se poderá encartar uma calúnia. Mas pode ser que a demonstração da falsidade não caiba toda num discurso. Uma só proposição dará, talvez, para se verter no espírito humano um erro tremendo. Mas, uma vez lançado ao mundo, sabe Deus que de contestações, raciocínios e debates se não cansariam, porventura, ainda assim, de balde, em lhe dar combate.

Legítima defesa

Quando, por exemplo, me quiseram criminalizar de inimizade às classes militares, bastaram duas palavras, para articular a intrujice. Está mesmo nos interesses da mentira a

brevidade em investir e saltar; pois, quanto mais encolhida, menos dará por onde a colham. Mas, justamente porque nada miudeia, nada restringe, e não distingue nada, por isso mesmo obriga ela o caluniado a varrer todo o espaço da sua vida, abrangível no vago e amplo da refalsada assacadilha.

Ora esse campo, no meu caso, era o de uma existência, por onde, vai para mais de quarenta anos, se precipitam, quase em torrente, idéias e atos, agitações e lutas, reveses e conquistas, de que a história do país guarda vestígios sensíveis. E toda essa extensão me era necessário inquirir, correr, esquadrinhar, para tirar a limpo a minha inocência, com os passos do meu caminho, com os documentos da minha ação, com os pedaços da minha vida.

Sem esses dados, palpáveis de liquidação, acabaria eu, por fim, malbarantando tempo e trabalho. Era materializando a prova, meridianizando a evidência, matematizando a certeza, que eu havia de opor, um dia, paradeiro mortal a invencionice de tão má morte, mas tão dura de morrer.

Como, porém, vingaria eu não me sair em vão desse intento, a não ser juntando a cada asserto o seu documento específico? a não ser avultando cada episódio relevante no seu meio histórico, por onde se lhe aviste a expressão, e se lhe descubra o caráter? a não ser ganhando à intriga palmo e palmo a superfície, onde ela se incrustou como sarna castelhana? a não ser carregando o discurso de copiosidades e longuras, a que não perdoaria um orador galante, ligeiro e cortesão do mimo de ouvintes melindrosos?

O orador e seus auditórios

Pouco se me dará, pois, de que, entre certa laia de gente, se abocanhem de estopadas estes meus colóquios com o povo, quando os que deles se maçam não vêm a ser, afinal, senão os que eles amassam. Em vez de os despreçar por excesso nas dimensões, como a gêneros de refugio, nos quais com a quantidade apenas varia o custo do carroto, muito mais justo seria havê-los na estima, em que os deve cotar a honra do acolhimento, com que sempre me têm distinguido, em condições extraordinárias de apreço e aplauso, todos, os auditórios, entre os quais até agora se me deu azo de falar.

Não negaria eu, decerto, quanto vai de temeridade em me alongar tanto quanto da medida usual me tenho alongado, quando me abalanço a falar, como tantas vezes me tem acontecido, a multidões por três e quatro horas a reio. Mas não será menos certo que, durante essas três ou quatro horas de enfiada, me têm elas sempre escutado a pé, quedo,

não a se espreguiçarem, não cochilando, bocejado, ou sussurrando, mas atento, comovendo-se, exaltando-se, indignando-se comigo, sublinhando, ponteando, interrompendo, a cada período, a cada momento, às vezes frase a frase, com os sinais mais calorosos de adesão, com aplausos gerais, com apartes de solidariedade, que não raro vão até além da intenção do orador; e, ao acabar de cada um desses meus estirões, que a incansável acrimônia dos meus desafetos pinta como chorros de palavreado, o recinto contém ainda a mesma concorrência do começo, não aumentada, porque já de princípio mais não comportava.

Ora nunca houve, em nenhum desses comícios que me têm dado a honra de afluir aos meus sermões de pregador excomungado pelos ortodoxos do poder e seus asseclas, — em nenhum deles houve jamais atrativos de espécie alguma, com que se pudessem desentediá-los ouvintes aborrecidos. Nem cantores, como na ópera. Nem intervalos, como no teatro. Nem sinfonias, como nos concertos. Nem músicas, como nas festas. Nem distrações de qualquer ordem, como nos jogos, nas corridas, nos bazares, nas quermesses. Nada mais que o orador e sua oração, espaiada em horas sucessivas de audição ininterrupta.

Que enigma então seria o do persistir de tais concorrências, o da renovação e vibração desses auditórios pés-de-boi e coiros-de-anta, que, quanto mais sovados, mais agradecidos pela soadura, mais entusiasmados com o soador? que armazenam horas de sova, palmeando, em lugar de gemerem, ou dormirem, de vaiarem, ou se evadirem? que, convidados outras vezes, outras tantas volvem, recontentes, ao soadoiro, como se, insaciáveis de moidelas, ardessem, na inconcebível mania, por novos derreaços? Que mistério seria o dessa atração inexplicável, a não supormos no público das mais cultas metrópoles brasileiras um mal desconhecido, uma espécie de cretinação ainda não registrada nos quadros nosológicos do hebetismo?

Nesses concursos extraordinários, que, aqui, no Rio, em Minas, em São Paulo, me têm dado tantas vezes a sua atenção, e com o fervor de suas simpatias me têm aviventado, vimos representar-se, vezes sem conta, a nata da sociedade brasileira, a flor das suas várias classes, o escol de todas as profissões, o melhor da nossa cultura.

Todos esses elementos seletos da nossa civilização, todos esses dignos exemplares das nossas qualidades morais, toda essa contribuição da inteligência nacional, do progresso nacional, do civismo nacional, se têm juntado, entretanto, e tornado a juntar, inúmeras vezes, para ouvir e aplaudir, animar e vitoriar, nas suas reincidências, o brasileiro

degenerado, o malfeitor público, o cadimo réu de incivismo, que, de relapsia em relapsia, acabou constituindo-se o criminoso-mor do Brasil. O escândalo do seu pudor a trombeta da sua desonra.

O grande criminoso

Ouvistes bem, senhores? (Volvo a este assunto, porque as provocações reteimam.) Atentastes bem, senhores? Há, hoje em dia, nesta nossa terra, um réprobo, um precito, um anátema da nação, que, de uma política, uma sociedade e um regímen cândidos como o arminho e intemeratos como a neve, põe timbre em fantasiar um regímen, uma sociedade e uma política indignas de um povo livre, de uma raça honesta, de uma sociedade civilizada. Esse maníaco da infamação de seu país sou eu. Na pureza da honra desse país só uma nódoa existe: a da minha existência.

Se, daqui a dois anos, ao celebrar do nosso centenário nacional, me houvesse Deus chamado à sua paz, o nosso torrão natal se acharia escoreito, límpida a nossa reputação como a de um recém-nascido, esplendente a nossa candidez como a de um recém-nascido, esplendente a nossa candidez como a de uma estrela desnublada; e, no bródio da emundação desagradadora, poderiam bailar a ronda dos inocentes, sobre a minha maculada memória, os moralistas do segredo, os doutores da hipocrisia e os rabinos da mentira.

Segredo e mentira

Vede, senhores, vede se não é a clandestinidade, a hipocrisia, a mentira o que eles querem, a se lhes meteu nos cascos obrigar-me a querer. A minha culpa mais crime de leso-civismo está em clamar contra uma praga pública, de cuja existência todos sabem, todos se lastimam, todos se aterram, mas na qual poucos ousam pôr a boca; porque, murmurando-a, se arrisca o temerário aos despiques de um poder irresponsável, que, moralmente, põe e dispõe da vida e da morte, dando ou tirando a honra, erigindo ou demolindo nomeadas, convertendo a santidade em corrupção e a corrupção em santidade.

A imprensa

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonogam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lha clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa.

Já lhe não era pouco ser o órgão visual da nação. Mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa, nesses organismos coletivos, de quase todas as funções vitais. É, sobretudo, mediante a publicidade que os povos respiram.

Todos sabem que cada um de nós tem na ação respiratória, uma das mais complexas do corpo, e uma das em que se envolvem maior número de elementos orgânicos. A respiração pulmonar combina-se com os tecidos, para constituir o sistema de ventilação, cuja essência consiste na troca incessante dos princípios necessários à vida entre o ar atmosférico e o sangue, da circulação do qual vivemos. Nos pulmões está o grande campo dessas permutas. Mas os músculos também respiram, e o centro respiratório se encontra, bem longe do aparelho pulmonar, nesse bulbo misterioso, que lhe preside à respiração, e lhe rege os movimentos.

Da mesma sorte, senhores, nos corpos morais, nas sociedades humanas, essa respiração, propriedade e necessidade absoluta de toda célula viva, representa, com a mesma principalidade, o papel de nutrição, de aviventação, de regeneração, que lhe é comum em todo o mundo orgânico, animado ou vegetativo.

Nos indivíduos, ou nos povos, o mundo espiritual também tem a sua atmosfera, donde eles absorvem o ar respirável, e para onde exalam o ar respirado. Cada um dos entes que se utilizam desse ambiente incorpóreo, desenvolve, na sua existência, graças às permutas que com esse ambiente entretém, uma circulação, uma atividade sangüínea, condição primordial de toda a sua vida, que dele depende. Não há vida possível, se esse meio, onde todos respiram, lhes não elabora o ar respirável, ou se lhes deixa viciar pelo ar respirado.

Entre as sociedade modernas, esse grande aparelho de elaboração e depuração reside na publicidade organizada, universal e perene: a imprensa. Eliminai-a da economia

desses seres morais, eliminai-a, ou envenenai-a, e será como se obstruísses as vias respiratórias a um vivente, o pusésseis no vazio, ou o condenásseis à inspiração de gases letais. Tais são os que uma imprensa corrupta ministra aos espíritos, que lhe respiram as exalações perniciosas.

Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de idéias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.

Do ótimo ao péssimo

O ótimo facilmente desanda, aqui, no péssimo. Quanto maior o bem, maior o mal, que da sua inversão procede. Nada mais útil às nações do que a imprensa na lisura da sua missão. Nada mais nefasto do que ela mesma na transposição do seu papel. Se o fiel der em ladrão, não haverá, neste mundo, ladrão tão perigoso. Porque bem poucos são os que dos seus guardas se guardam. *Quis custodiet custodes?* Sendo eles os a quem se confia a chave ou vigilância da caixa, em se lhes inclinando o ânimo à prevaricação, o remédio já chegará tarde, quando a malversação já houver levado os malversadores ao senhorio, e reduzido à sujeição os enganados.

Todo o bem que se haja dito, e se disser da imprensa, ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e moralizada. Moralizada, não transige com os abusos. Isenta, não cede às seduções. Livre, não teme os potentados.

Na sua liberdade, já em 1688, via o Parlamento de Inglaterra “o único recurso pronto e certo contra os maus”. E não exagerava. Como não exagerou Sieyès, dizendo que “não há liberdade sem a da imprensa”. Como não exagerou Royer-Collard em dizer que “a imprensa, ainda, mais que necessidade política, é uma necessidade social”. Como não exagerou quem disse que a imprensa é a garantia de todas as garantias. Como não me parece ter exagerado quem escreveu que a civilização, extinto o jornalismo, nos daria a impressão de um como fim do mundo.

Mas, se não há demasia em tantas e tais homenagens (nem lhas terá ninguém rendido mais do que eu) e se o direitos dessa instituição providencial vão ao ponto de entenderem, num país de bom senso como a Grã-Bretanha, estadistas do gênio de Pitt que “a imprensa deve tocar o encargo de se corrigir a si própria”, — por isso mesmo não há, para qualquer sociedade, maior desgraça que a de uma imprensa deteriorada, servilizada, ou mercantilizada.

Tampouco haverá bem mais arriscado a depravar-se em mal do que esse bem dos bens, numa nação como a nossa, cujo governo, de relações ordinariamente extintas com os seus deveres, busca apagar as luzes e correr os reposteiros sobre as cenas da sua habitual imoralidade.

Mau governo, má imprensa

Todos os regimens que descaem para o absolutismo vão entrando logo a contrair amizades suspeitas entre os jornais. Bem se sabe, por exemplo, o que, a tal respeito, foi o império de Napoleão III. Mas na Alemanha, debaixo da influência bismarckiana, é que se requintou, em proporções desmedidas e com inconcebível generalidade, essa anexação da publicidade ao governo.

Vai por cerca de cinqüenta anos que um historiador prussiano, dos mais notáveis de sua terra. Professor Wuttke, lente na Universidade de Leipzig, escrevia o seu célebre livro sobre a verba dos reptis (*Reptilienfond*), livro clássico no assunto.

Por ele se veio a saber que, com o nome de *Repartição da Imprensa*, Bismarck estabelecera, às margens do Spree, a mais vasta *fábrica de opinião pública* até então conhecida, e lhe derramara as filiais pelo mundo inteiro.

É um depoimento estupendo acerca desse terrível mecanismo, graças ao qual, há mais de meio século, já o gabinete de Berlim se considerava “senhor de toda a imprensa”. Foi por esse meio que se aparelhou a vitória alemã contra a Áustria, em 1866, se vingou o triunfo alemão contra a França, em 1871, e estava organizada para 1914 a inundação do mundo pela Alemanha.

Por meio desses recursos diabólicos é que, desde a falsificação da ordem do dia de Benedeck, no primeiro desse assaltos, e a do telegrama de Ems no segundo, até às monstruosas fábulas que caracterizaram o terceiro, se maleou, nas forjas da mentira, para a execução das vontades da casta militar, essa nacionalidade enganada e alucinada, que desperta agora aturdida entre as decepções da mais inesperada realidade.

A surpresa desse acordar entre ruínas tais, desse cair de tão vertiginosa altura em tão incomensurável abismo, lampeja com uma claridade sinistra sobre o régimen, que ora se vai introduzindo no Brasil, de apagamento da consciência das nações pela imersão habitual do seu espírito e costumes na cultura da mentira.

Maus exemplos

Ora, assim nas autocracias, como nas oligarquias, o poder corre ao encontro dos maus exemplos, como a limalha ao do ímã.

No Brasil, a Monarquia não padeceu, sensivelmente, desse vício. Mas a República, adernando logo ao começo da sua inauguração constitucional, como nau que mete água dentro ao sair do porto, simpatizou com esses modelos, e foi já, desde os seus mais verdes anos, prematurando, com a corrupção da sua primeira idade, a obra do tempo.

Irresponsabilidade

Só onde os povos se costumaram a tomar contas aos seus administradores, e estes a dar-lhas, é que os homens públicos apreciam as vantagens dos regimens de responsabilidade.

Nestes aleijões constitucionais da América Latina, como o Brasil, nestes míseros tolhiços de repúblicas, que tais qual o pau torto de nascença, tarde, mal ou nunca se endireitam, o ideal dos governos está na irresponsabilidade.

Essa intransigência em que o nosso mundo político se abrasa pelo sistema presidencial, negando pão e água a qualquer traço de ensaio das formas parlamentares, não se origina, realmente, de nenhum dos motivos assoalhados, não tem nascença em considerações de ordem superior, não vem de que os nossos políticos bebam os ares pela verdadeira prática republicana. Não, senhores. Pelo contrário, o de que se anda em cata, é só da irresponsabilidade na política e na administração.

Na irresponsabilidade vai dar, naturalmente, o presidencialismo. O presidencialismo, senão em teoria, com certeza praticamente, vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável.

São os sólidos costumes políticos dos Estados Unidos e o vigor daquela extraordinária democracia o que ali escoima o presidencialismo desse caráter, para volta ao qual, aliás, de contínuo lhe está fazendo força a índole do régimen.

Imprensa e presidencialismo

A expressão dominante desses costumes é a imprensa, que, nos governos dessa fórmula constitucional, substitui, como órgão da opinião pública, o mecanismo da responsabilidade ministerial nos países parlamentares.

Era mister, pois, inutilizar a imprensa, tirando-lhe a virilidade, emasculando-a n'alma, jarretá-la de pés e mãos, para não atacar, nem resistir, avezá-la a pôr loja de algibebe e casa de encobrideira, onde os governos sobrevestissem os rebuços de suas mascaradas, e encantoar, com as presas dos seus crimes, a verdade dos seus atos.

O pior messalinismo

Converter o nosso jornalismo, todo, em feira de chatins, certo que o não poderiam. A melhor e, com probabilidade, a maior parte dele escaparia do vergonhoso industrialismo.

O cálculo, porém, está em que, encravados alguns focos de pestilência no meio do povoado, todo ele, de grau a grau, se vaiapestando.

Mas o fino da esperteza consistiria, principalmente, em que, contestando a imprensa com a imprensa, fronteando com a imprensa veraz a imprensa professa na mentira, açulando contra a imprensa incorrupta uma imprensa de todas as corrupções, lograria este sistema desatinar a opinião pública, deixá-la muitas vezes indecisa entre o rasto da verdade e o da mentira, ou, muitas outras, induzi-la a tomar a pista falsa pela verdadeira.

Nestas suas traças não errou o tino dos políticos brasileiros. Muitas almas se abroquelaram à sua inteireza, e não caíram. O jornalismo não perdeu todos os presídios da sua honra. Mas ainda aqui se viu que é sempre sem número o número dos tratantes, que a ralé dos traficantes não tem conta. Ao derredor do poder formigueja a multidão venal, e os governos, se algum embaraço topam, é em dar vazão ao número de mascates da palavra escrita.

Por mais que o público os conheça, estes vacilam, aqueles desnorream, aqueloutros já suspeitam, ou chegam a crer, e, quando não pegam as bichas no país, vão pegar no estrangeiro, onde as agências amesendadas ao banquete do orçamento roboram com a venalidade telegráfica a venalidade jornalística, irmanadas e amatalotadas na obra torpe de embair a nação e o mundo.

Toda essa triste súcia, podre dos quatro costados, não distingue entre Deus e o demo. Mas tem a religião do embornal, guarda a fé na manjedoura, ou no cocho, e adora o milho. O milho é o ídolo dos afocinhadores da mentira.

Outrora se amilhavam asnos, porcos e galinhas. Hoje em dia há galinheiros, pocilgas e estrebarias oficiais, onde se amilham escritores.

Mas, de cúmulo em cúmulo, a mais ainda, é que, no próprio seio do jornalismo, se lança de uns a outros o labéu de “amilhado”, e, entre os seus membros, nas reconvenções e retaliações e recriminações ordinárias, se conjuga em todos os tempos, modos, números, ou pessoas, o verbo *amilhar*.

Eis o que eu digo, o que eu disse, o que eu tenho dito, o que eu direi; e, se todos o não disserem comigo alto e bom som, passo e baixo todos o dizem, nem haverá quem o não diga.

Assim, pois, de boca em boca, e de ouvido em ouvido, e de conversa em conversa e de sussurro em sussurro, neste dizer de toda a gente murmura, cresce, engrossa, por aí fora, a voz geral, o escândalo geral, a crença geral de uma prostituição de consciências mais contagiosa que a das mulheres de mau viver, de um messalinismo pior que os dos lupanares, custeado a expensas do Tesouro Nacional ou dos tesouros dos Estados, para burlar a Nação, endeusando os seus emporcalhadores, e atassalhando com ultrajes inauditos os seus homens de honra.

Rascas na assadura

Não será esta a verdade? Se o não é, levante-se dentre vós, senhores, um homem de franqueza e mo conteste. Não se levantará, decerto, ninguém. Lá fora mesmo, quando soa alguma voz a gaguejar doutorices e gravidades, a pleitear indulgências e biocos, todo o mundo está sentindo, nessas sabichonarias de protocolo, nesses desmentidos mal engrolados, a fartum das secretarias, o bafio dos arranjos encapados, as advocacias em causa própria, as rascas na assadura dos abusos, denunciados.

Confessos

Porque, senhores, a verdade tristíssima dessa nossa desmoralização já se tornou histórica. Nem se contesta mais senão para os basbaques da galeria.

Não é só a prova circunstancial o que a põe de manifesto. Não é só a prova sobejamente clara na evidência dos fatos. É, ainda, mais visível e materializada no rosto dos autos; pois até provas de confissão aqui temos. *Reum confitentem habemus*.

Aí por começos deste século ou fins do outro, quando redigia *A Imprensa*, argúi o governo federal de subornar jornalistas; luxo, que, segundo testemunhos, cuja fé me não podia deixar em dúvida, já nos andava custando alguns milhares de contos.

A publicidade presidencial negou rasamente a increpação, tachando, com aspereza, de calúnia redonda a minha denúncia. Não se desembolsara. Não se desembolsara coisa nenhuma com os honrados periodistas daquele tempo, que ainda não vai longe, apesar de se falar em séculos no cômputo da sua extensão. Ilibados eram todos. A taça do entusiasmo, que cada manhã se lhes enchia e transbordava era, desde o fundo até às verteduras, limpa de interesse. Não havia laivo metálico entre as bolhas do champanha espumante nas homenagens ao governo.

Pois bem, senhores. Anos depois escreve o presidente de então as memórias da sua passagem pelo Catete. Estava, ao parecer, o ilustre político em maré de sinceridade e candidez. Deu-lhe para falar com o coração nas mãos. Pressentia — quem sabe? — pressentia, talvez acercar-se-lhe o dia da conta, que a todos nós há de chegar, e fazia como os religiosos de certos mosteiros de outro tempo, que antes de se acostarem à cama, se metiam no espulgatório, para sacudir o fato, e não levarem aos colchões os incômodos insetos.

O honrado brasileiro quis espulgar-se para a eternidade, desinçando a consciência, em ato público, do pulguedo, que o mordera na consciência, o esmordaçava na reputação, e ainda o estaria mordicando nos escrúpulos.

Quis, e fez. Pôs a boca no mundo e confessou, a medo, nas confidências do testamento, o que, durante a vertigem da sua possança, mandara desmentir com indignação e desabrimento. Gastara, sim, gastara com a imprensa, mas não tanto quanto os malevolentes haviam propalado.

Aqui estão as suas próprias palavras. “Qualificando de criminosa a minha conduta”, dizia ele, “e pretendendo dar uma agravante ao crime, os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montaram a uma soma avultadíssima, que calcularam em seis a oito mil contos...”

O meu cálculo, senhores, não subia a tantos milheiros. Mas continuemos a escutar a voz de além-túmulo: “No Banco do Brasil”, prosseguia o depoente, “encontra-se a conta corrente do movimento do Tesouro, *onde eram escrituradas estas despesas* que não excedem a mil contos de réis”¹.

Aí está senhores. Que mais eloqüente documento histórico se poderia imaginar, ou exigir do que este? Nele tendes confessada, por um ex-presidente da mais ortodoxa

honestidade, a compra de jornais pelo governo, ou o derrame, pelo governo, de liberalidades pecuniárias entre os jornais.

A linguagem não lhe desliza de serena, senão para estranhar aos seus adversários a injustiça de o tomarem por alvo de censuras, “pretendendo” ver nesse uso administrativo “uma agravante do crime”, para dissimular o qual o presidente da República untava com essas gotas de óleo bento as castas unhas de sua publicidade.

Consciências obliteradas

O culpado não dava fé, nem de longe, de que pudessem ressentir de impuridade, ou, sequer, de indelicadeza, os estilos de aliciar apologias da administração, à custa, à revelia e às encobertas dos contribuintes. Não percebia que o governo enganava os contribuintes, a quem deve lisura e verdade nas contas, quando lhes inculcava de sincera uma publicidade venal, de expressão do sentimento público a do interesse de escritores vendidos.

Não, senhores, não o percebia; e é para esse estado singular de consciência que chamo a vossa atenção.

Tal estado d’alma não se pode conceber em homens daquela posição e cultura, a não ser como efeito da saturação geral da sociedade nos vícios a respeito dos quais se caiu numa insensibilidade tamanha, que já se faz gala do sambenito, e não só se julga necessário articular escusas, mas até se leva a censura a crime de ousadia, se não de maldade, ou perversão moral.

Se já não estivesse habituado o país a considerar esse mercenarismo como trivial na política brasileira, seria admissível que um presidente de República, tido e havido geralmente por honrado, confessasse haver gasto mil contos do erário nacional na peita de jornalistas, sem murmurar uma desculpa, ou recorrer a uma atenuante, antes levando a mal que alguém descobrisse nessa liberdade com os dinheiros públicos uma circunstância agravativa dos atos, cuja inocência não se pudesse mostrar por outros meios?

O código penal

Mas as despesas referidas com tão rematada simpleza e segurança de ânimo num documento de tão alta solenidade estão positivamente capituladas como criminosas na

¹ CAMPOS SALLES. *Da Propaganda à Presidência*. São Paulo, A Editora, 1908, p. 358.

legislação brasileira, onde o Código Penal, no art. 221, qualifica de peculato o “subtrair, consumir ou extraviar dinheiros da Fazenda Pública”, entregues “à guarda ou administração” de quem os extravia, consome ou subtrai, e a lei de responsabilidade do presidente da República averba, em delinquência contra a guarda constitucional dos dinheiros públicos, os atos presidenciais, que “dissiparem os bens da União, *ordenando despesas não autorizadas por lei*”.

Pouco faz ao caso que, em lugar de seis ou oito mil, apenas mil fossem os contos de réis malbaratados. Interessaria, sim, ao caso quanto ao prejuízo, que seria menos avultado. Mas semelhante consideração, meramente financeira, não entende nem com a esfera moral, nem com a criminal. É, pois, de segunda ordem.

O essencial está no que respeita à criminalidade; e, aí, a quantia monetária não entra em linha de conta. Nos delitos contra a propriedade, particular, ou pública, não se engravece ou aligeira o caráter do crime com o ser de maior ou menor grandeza a importância do causado, ou de soma subtraída. A malversação não avulta, nem míngua, com a maior ou menor monta dos bens malversados.

Destarte se pronuncia a lei escrita; e não me consta que reze de outro modo algum sistema de moral, salvo o contemplado na ironia do provérbio, e segundo o qual *quem furta é ladrão, quem muito furta, barão*.

Ainda a confissão

Mas, senhores, não será bom que se cerceie a tão instrutivo depoimento a sua parte complementar, que o torna ainda mais elucidativo. O ex-presidente, cuja testificação, pouco há, ouvimos, lhe apensa esta curiosa nota:

Tenho em meu poder uma nota rubricada por um dos ex-diretores do Banco da República, detalhando as despesas mensais com o serviço da imprensa, que acusa um total de Rs. 894:996s080 — até 16 de dezembro de 1901. Ora, em 1902, essas despesas foram consideravelmente reduzidas, e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou, na atitude de alguns deles com relação ao Governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado. É, portanto, bem calculada a totalidade geral, em cerca de 1.000:000\$000.

Deixemos de parte o cômputo dos mil contos, notando somente que o interessado não precisa, não determina; calcula, avalia, conjectura. Nos três anos até dezembro de 1901 orçaram as generosidades com o jornalismo em 894 contos, a saber, cerca de trezentos por ano. Mas em 1902 esses desembolsos não passariam de coisa, aí assim, de

uns cem contos, porque, nesse período, nos diz ele, “essas despesas foram consideravelmente reduzidas”.

Mas a prova, a prova dessa redução?

O juízo dos corruptores

Só uma nos dá o presidente acusado. Essa, porém, se lhe afigura escusar qualquer outra, e vem a ser meramente, a que outra vez ides ouvir:

Em 1902 essas despesas foram consideravelmente reduzidas; e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou na atitude de alguns deles com relação ao Governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado.

Eis aí, senhores, Quereis saber se “as subvenções” aos jornais (ouvi bem: *as subvenções* aos jornais), quereis saber se as subvenções aos jornais, cessaram, ou persistem, se enchem, ou vazam? Pois “a simples leitura dos jornais” vo-lo “deixará ver com a maior evidência na atitude deles para com o governo”.

Benigna atitude? É que os jornais estão subvencionados. Atitude hostil? É que já não estão subvencionados os jornais. Melhora a linguagem das gazetas? Sinal claro de que as subvenções engrossam. Piora? Sinal certo de que se adelçam. De sorte que, gizada segundo os traços deste debuxo de quem “sabe d’arte”, porque a praticou, e conhece o tipo, com que travara familiaridade, seria a imprensa um como realejo, cuja manivela está nas subvenções.

Quem o terá dito? Eu? Não.

Quem o diz, o repete, o acentua, o sanciona, o inocenta, e o assoalha como coisa correntia e apenas criticada entre maldizentes, é um antigo presidente da República brasileira, que, criminado por indiscretos de corromper jornalistas, se descarta a si mesmo da tacha de corruptor, dardejando contra o jornalismo a de habitualidade na corrupção.

Mais fatos

Já com este elemento histórico não ficaria pouco adiantada a minha demonstração da venalidade propinada pelos nossos governos à imprensa. Mas, depois, vimos passar outra administração de quem a imprensa mesma contou de largueara, para os alfinetes, um mimosito de seus oitocentos contos a certo jornal bem conhecido.

Mas tarde veio à luz dos prelos outro caso o, de menos grossura na quantia, mas, pelas circunstâncias, talvez de caracterização ainda mais escandalosa. Era de um telefonema do presidente da República ao diretor do Banco do Brasil, para meter no bolso de certa redação em apertos financeiros a soma de duzentos contos de réis. O recado telefônico se cumpriu à risca, e o feliz periodista entrou no gozo de mais essa munificência, como quem tem a dentadura vezeira no traquejo da marmelada.

Correndo essa mesma administração, tive ensejo eu próprio de combater no Senado, mostrando, com a exibição fotográfica dos mais autênticos documentos, as larguezas de um dos seus ministérios, no hábito de lubrificar Marinonis com o azeite do Tesouro. A papelada e seus comentários ficaram nos anais do Congresso Nacional, onde o historiador os encontrará bem à mão, quando quiserem desenrourar a nossa hipocrisia republicana, e lhe estudarem as úlceras a olho.

Ainda agora mesmo um dos nossos mais antigos e bem medrados periódicos, argüido nominalmente de useiro nesses negócios, vassoitou a sua frente, asseverando que o governo passado “subornou jornalistas”, e que, sob essa administração, “os dinheiros públicos, para corrupção da imprensa, foram todos conscienciosamente aplicados com a compra do apoio dos jornais sérios”, excluindo ele, naturalmente por ser o mais sério de todos.

O caso das últimas emissões

Os amigos dessa presidência acudiram, recentemente, em seu socorro, a propósito do emprego da emissão de 150 mil contos, consignados às despesas militares, que se dizia estramalhada, em grande parte, com o aliciamento de folhas públicas. A defesa do ex-ministro da Fazenda, tecida, em geral, com habilidade, pareceu a muitos concludente quanto a mostrar que do Tesouro nada saiu senão a título de gastos com a defesa nacional.

Mas também a seiva que sobe da terra, pelas raízes, caule ou tronco acima, leva, toda ela, ao partir, o destino de alimentar a planta; e, todavia, muito daquele suco lhe vão desviando pouco e pouco, de caminho, os ladroeiros, com os quais se deixa ficar à sorrelfa boa parte do viço, insensivelmente subtraído à sua missão nutriente.

Os processos financeiros do suborno administrativo não são diversos. No Tesouro as saídas são sempre bem escrituradas. Na matriz os rótulos de cada gasto condizem, de ordinário, com as averbações do orçamento. Até os ministérios, geralmente, a distribuição vai regularmente encaminhada. Ali, porém, começam as verbas secretas, as despesas

escusas, os transvios sub-reptícios, as manobras fraudulentas, o trabalho indevassável de simulação e dissimulação, por onde se some tudo o que as más administrações têm motivos para sonegar ao país.

Depoimento capital

Vamos, porém, ao ponto. No lustroso arrazoado parlamentar, em que se trocou, e pelo qual se julgou bem substituído o inquérito reclamado, há uma passagem notável pela claridade que verte sobre a questão capital da mercantilidade jornalística, alimentada pelos manejos oficiais.

O ilustre orador, encarecendo as glórias do governo Venceslau Brás, aduz, entre os elementos históricos reunidos para a sua canonização, um episódio realmente milagroso no seu contraste com o teor ordinário da nossa moral republicana.

O rasgo, ali celebrado, foi o que se vai ver. Ei-lo:

S.Ex.^a justamente apavorado diante das despesas públicas, crescentes no Distrito Federal, deliberou a reforma do sistema tributário, aliás, na minha opinião muito acertadamente procurando alterar os impostos antigos e criar novos para acudir aos *déficits* avultados desse tempo. Como era natural, o Sr. prefeito encontrou a maior oposição por parte da imprensa, e ele, e, em conversa com o ex-presidente da República, considerou que era um dos casos em que justamente a *subvenção* se podia aplicar, lembrando que Campos Sales, homem de alta moralidade, para conseguir as importantes reformas financeiras levadas a efeito por Joaquim Murinho, e que representaram, no assunto, o mais notável serviço que já se prestou ao Brasil, Campos Sales se viu na contingência de *moderar, atenuar por meio de subvenção* a atitude da imprensa, que procurava levar a opinião às classes populares até o protesto à mão armada.

O prefeito do Distrito Federal considerava que era caso em que se legitimava a subvenção à imprensa, e o Sr. Venceslau Brás divergiu do prefeito Sodré.

Ninguém regateará, depois disto, ao nobre ex-presidente da República, direito de ingresso ao *Flos Sanctorum* ou às *Vidas* de Plutarco. Tão raros já vão sendo entre nós estes clarões da honestidade outrora ordinária, e ainda não obsoleta nos primeiros anos deste regímen.

O que, porém, não caberia nem nas páginas dos *Varões Ilustres*, nem nas do *Hagiolégio*, é a linguagem, onde, exaltando-se, com plausibilidade, até à mansão dos heróis, um chefe da nação, por não venalizar a imprensa, par a par com esse hino a tais virtudes se dá foro de inocência aos governos que a venalizaram, ou venalizarem.

Subvenção ou suborno?

Nessa linguagem, com efeito, se adoça com o nome de “subvenção”, com a indulgência deste honesto eufemismo, a dilapidação e o peculato cometidos, com rosto sereno e mãos largas, pelos governos que assalariam jornais, quando (toda a gente o sabe) por tal nome, pelo nome de *subvenção*, familiar no uso jurídico, administrativo e político, nunca se designou senão o auxílio legal, outorgado legalmente a quem por lei se pode outorgar.

Nessa linguagem se honestiza como exemplo digno de “um homem de alta moralidade” o do chefe de uma democracia constitucional, que pôs a seu soldo jornalistas, pretendendo-se que, se ele perpetrou abuso tal, foi porque “*se viu na contingência de moderar e atenuar, por meio de subvenção, a atitude da imprensa*”.

Nessa linguagem se admite a hipocrisia de eventualidades, em que o governo possa entrar, de bolsa aberta, pelas redações de jornais, como a libertinagem pelas casas de tolerância. Quando, evidentemente, em todo e qualquer caso, esses negócios abjetos são atos de lenocínio, dos quais ambas as partes saem contaminadas. Quando o que fazem os administradores públicos, tomando escritores de aluguel, para darem por suas as convicções, que lhes dita o suborno custeado pelos subornadores com dinheiro alheio, é mascararem de honradez o proxenetismo, e de verdade a mentira. Quando, em suma, com a torpeza desses costumes, os agentes do poder iludem a nação, de que são mandatários, dilapidam o patrimônio coletivo, de que são guardas, e lhe infestam a política de uma casta de parasitas (a mais maligna dos conhecidos no mundo moral) tão vis quanto virulentos e insaciáveis.

Como a política julga a imprensa

Mas naquele discorrer, de um homem aliás considerável pelo talento, pela cultura, pela situação, pela estima dos seus pares, o que sobressai, não é só a imagem, espelhada nas suas palavras, das avarias, com que a corrupção do regímen tem deteriorado o senso moral dos nossos estadistas, senão também o juízo, que eles, em público e raso, articulam acerca da nossa publicidade, retratando-a com os hábitos de mercadora das próprias opiniões, às quais se dá o rumo, se “modera ou atenua” o registo a peso de ouro.

Eis, senhores, como a política, pelas suas figuras mais gradas, julga a imprensa.

Mas a imprensa, de que tais fealdades ajuíza a política, não se sentiu da pintura, não a tachou de injusta. Nem lhe atirou ao autor as pedras, com que, por menos, me tem obsequiado.

Ruminemos, pois, o caso, tal qual o conta o ex-ministro da Fazenda.

Queriam elevar em grande escala os impostos municipais. Mas o sentimento público se agastava, mais teso que de costume, contra a medida, e certos jornais, ainda não apalpadados com os carinhos da prodigalidade administrativa, afinavam na mesma solfa com o azedo murmurar da comunidade irritada.

Que fazer? Buscar entre os contribuintes, pela convicção esclarecida e mudada com um exame sério e um debate largo do assunto, o consentimento nos sacrifícios, de que se necessitava? Isso não, que demandava tempo, diligência e sinceridade.

Havia outro caminho, curto e suave: esportular o jornalismo acomodaticio. Destarte se passaria por cima da opinião pública, açamando-lhe com doirados os advogados naturais, e por opinião pública se embutiria o tintinar e retinir das propinas, sacolejadas no bolso dos maus jornalistas, pagos e repletos.

Felizmente, segundo o testemunho do seu ilustre ex-ministro, o presidente da República repugnou à sugestão, acatando, assim os direitos da nação a uma publicidade sincera, a um sistema de imprensa, que não furte os governos aos deveres da sua responsabilidade.

Então por que fugir do inquérito?

Mas, se assim é, quem depois veio a divergir daquele presidente, foram os seus amigos, ao suporem que o discurso do ex-ministro da Fazenda preenchia as condições do inquérito requerido, e ao embaraçarem essa averiguação, de que os amigos leais desse ex-chefe da nação e ele mesmo deviam ser os propugnadores mais convencidos.

O inquérito, e só o inquérito, é que viria clarear as obscuridades existentes, e remover as dúvidas suscitadas, a benefício mesmo da presidência argüida, se ela não receava a severidade e largueza de uma ventilação cabal do assunto.

Mas a todos os interesses, ainda os do próprio governo acusado, se sobrepõe o de que se não quebre a tradição de irresponsabilidade, em cuja observância todos os nossos governos possíveis se consideram solidários, atenta a expectativa de a virem, ulteriormente, desfrutar, da mesma sorte que os seus antecessores a desfrutaram.

Como quer, porém, que se ultimasse aquele incidente, dele, senhores, bem vedes quanto se colhe de esclarecimento, no que respeita à tacha moral de certa classe de jornalistas e à não menos relaxada moralidade oficial nas relações do nosso governo com ela.

Os rombos da caixa

Dessas relações, todavia, quando se aventa algumas coisa, quer pelos jornais, quer no Parlamento, é fitando-se os olhos somente no emprego direto e descoberto das consignações orçamentárias, como se não fosse da natureza desse comércio podendo e inconfessável o girar subterraneamente, o trilhar sempre vias solapadas, o fugir à luz do dia como as aves e sevandijas noturnas. Não seria com os oitenta contos da mensalidade subministrada pela polícia ao gabinete presidencial que se custeasse a mercantilagem da imprensa negociata. Para transações de tão volumoso tomo seria ridícula essa quantia.

Os grandes canais desse tráfico eram outros. Já eu disse. Mas não será ocioso repeti-lo.

Era, primeiramente (*à tout seigneur tout honneur*), o Ministério das Relações Exteriores, a maior barraca da feira, a comprar e vender, não só aqui, mas no estrangeiro, e a que o privilégio de sacar sobre a nossa delegacia em Londres ensanchava, nas suas operações, facilidades invejáveis.

Era o ínvio e insondável Lloyd, com os meandros, escaninhos, solapas e encobertas do labirinto da sua administração, agora, ainda bem, sujeita a um começo de saneamento, que, desde o honrado Sr. Barbosa Lima, não vai saindo sem espinhos aos seus iniciadores.

Era o abismo das verbas secretas, em cuja aplicação já se não quer reconhecer ao Parlamento o direito de meter o nariz, nem mesmo quando o mau cheiro de imoralidades notórias tresande ao longe, e da política nacional passe a infestar a internacional.

Eram os empregos inúteis e ociosos, as sinecuras de todas as espécies, os *farnientes* de todas as marcas, as folhas de encostados, os gabinetes dos ministros, as invenções de consulados, as ajudas de custo, as comissões de passeio com vencimentos em ouro no estrangeiro, as concessões, contratos, empreitadas, tarefas, licenças, acumulações, isenções e mercês de toda a ordem, entre as quais há isca e anzol para todos os gostos e categorias de corruptabilidade.

Numa palavra, eram as mil tetas, os ubres, maiores ou menores, ressumantes de grosso leite em eterna apoiadura, desse animal multimâmio, a que ora se chama nação, ora

administração, ora fazenda, orçamento, ou erário, e de cujos peitos se dependuram, aos milhares, as crias vorazes na mamadura, mamões e mamadores, para cuja gana insaciável não há desmame.

Por que é que alguns calam?

Prestem silêncio embora os grandes da imprensa ante esse espetáculo, cuja vergonha enche a nossa vida contemporânea. O silêncio dos grandes muitas vezes não significa outra coisa que a sua condescendência com os atentados. Quando o professor Wuttke escreveu o seu célebre livro sobre o *Reptilienfond*, entre os crimes de que mais fazia cargo ao governo germânico, sobrelevava o de certos príncipes da imprensa, que, não só “guardavam silêncio” acerca dos maiores abusos do poder, mas ainda “reviravam todo o seu furor contra os liberais empenhados em clamar justiça e liberdade”².

Quais os amigos da imprensa

Nem o exímio publicista alemão, arcando contra essas pústulas do bismarckismo na sua obra de prussianizar os Estados alemães, cuidou jamais que desservisse o jornalismo, quando lhe levava a lanceta aos tecidos em gangrena. “Com o revelar de todos esses abusos, que eu tenho trazido à luz, e sondado tão a fundo mediante estas pesquisas, o que sempre tomei a peito, é dar ressaltos aos direitos da imprensa e à importância dos jornalistas”³.

Da mesma convicção estou eu possuído, quando insisto em reagir contra a lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro. Tenho certeza, adquirida na experiência do mundo inteiro, que este mal de mofo e bafio, criado à sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar. É obra da mentira; e a mentira não se medica homeopaticamente, com os seus semelhantes. O remédio da mentira está na verdade. A República, entre nós, se consagrou ao culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade.

² WUTTKE, Henry. *Le Fond des Reptiles* (Reptilienfond). Le Journalisme allemand et la Formation de L’Opinion Publique. Trad. De l’allemand sur la 3. éd. par B. Pommerol. Paris, G. Decaux, 1887, p. 167.

³ *Id.*, p.16.

Veritas carissima

Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade.

Cara nos é a pátria, a liberdade mais cara; mas a verdade mais cara que tudo. *Patria cara, carior-Libertas, Veritas carissima*⁴. Damos a vida pela pátria. Deixamos a pátria pela liberdade. Mas pátria e liberdade renunciamos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amores. Os outros são da terra e do tempo. Este vem do céu, e vai à eternidade.

A moral dos povos livres

Nenhum país salva a sua reputação com os abafos, capuzes e mantilhas da corrupção encapotada.

Durante a campanha da Criméia, em 1854, o *Times*, o jornal dos jornais europeus, não hesitou em romper na mais tremenda hostilidade contra a administração militar da Grã-Bretanha, sustentando que o seu serviço era “infame, *infamous*”, que os soldados enfermos não achavam nem camas, onde jazessem, que o exército, gasto, desmoralizado e miserando, não tinha, em Balaclava, nem onze mil homens, capazes de entrar em combate.

Russell, o famoso correspondente desse jornal britânico no teatro da guerra, perguntava, em carta, a Delane, o célebre diretor do grande órgão: “Que hei de fazer? dizer estas coisas, ou calar?” Mas o interrogado não hesitou na resposta. As instruções, em que lhe deu, recomendaram-lhe, com energia, “falar verdade, sem indulgência, nem receio”. O *Times*, declaravam elas, o *Times* não admitia “véus”.

Era opinião do seu editor que, “nas circunstâncias do caso, a publicidade constituía o meio de cura indispensável”. Embora chegassem a dizer que “o exército devia linchar o correspondente do *Times*”, embora o príncipe consorte o apodasse de “miserável libelista”, embora o presidente do Conselho dissesse, no *Foreign Office*, que “três batalhas campais, ganhas pelas Inglaterra, não a restituíriam do dano” causado pelas correspondências e editoriais daquela folha, o *Times* não variou de rumo, de atitude e de franqueza até o termo da luta do Reino Unido com o Império russo.

Sabeis com que resultados, senhores? A Câmara dos Comuns acabou por mandar abrir, em 1855, um inquérito sobre a situação do exército em Sebastópol. O gabinete caiu

⁴ LIEBER, Francis. *Reminiscences, Addresses, and Essays*. Philadelphia, J.B.Lippincott, 1981, p. 42.

demolido pela campanha do terrível órgão londrino. As mais eminentes autoridades militares declaravam, afinal, que ele, “narrando com fidelidade ao público os padecimentos da tropa, salvara o resto do exército inglês”. O governo da Rainha Vitória, pela voz de Gladstone, agradeceu a Delane “o valioso apoio” (palavras suas), “o valioso apoio” do *Times*, subscrevendo, sem reservas, o princípio, seguido por ele, de que “*nunca se deve encobrir ao público circunstância alguma, quaisquer que sejam os inconvenientes de sua divulgação*”⁵.

O exemplo norte-americano

As circunstâncias da guerra puseram o nosso oficialismo em declarado *flirt* com os Estados Unidos. Mas este namoro de conveniência, felizmente seguido com simpatia pelas sinceras inclinações do povo brasileiro ao norte-americano, não é, da parte dos nossos homens políticos, uma aproximação, que se inspire no conhecimento da grande nação, cujas instituições imitamos nas aparências exteriores, ignorando-as de todo no seu espírito e realidade.

Se a política brasileira tivesse notícias exatas da política americana, para lhe merecer a estima, diligenciaria parecer-se a esse alto modelo, não nas feições desagradáveis, de que ela tem consciência confessa, nos vícios, de que tudo envida por sarar, mas nas virtudes sérias e grandes, de que nutre o mais justo orgulho.

A verdade antes de tudo, senhores. Não quero, nem quereria nenhum de vós, que o Brasil viesse a ser o símio, o servo, ou a sombra dos Estados Unidos. Não acho que nos devamos entregar de olhos fechados à sua política internacional, se bem haja entre ela e a nossa interesses comuns bastante graves e legítimos, para nos ligarem na mais inalterável amizade, e nos juntarem intimamente em uma colaboração leal na política do mundo. Tal o meu sentir, de ontem e amanhã. Assim o espero com a segurança de quem não cede a impulsos, mas a convicções amadurecidas em dezenas de anos de estudo constante daquela incomparável democracia e seu papel na evolução contemporânea.

Quanto em mim caiba, estarei sempre disposto a concorrer para a mais sincera, a mais estreita e mais prática amizade entre os dois povos, sem dano das outras, que também nos são mui caras e, cada qual ao seu aspecto, não menos indispensáveis.

⁵ COOK, Edward. *Delane of the Times*. Makers of the Nineteenth Century. Ed. By Basil Williams. London, Constable, 1916, pp. 81-93.

Quaisquer, porém, que sejam as divergências admissíveis quanto à maneira de ver daquela nação extraordinária a respeito de problemas internacionais, não vejo, no tocante à política interior, isto é, no tocante às instituições que não são comuns, não vejo, torno a dizer, como uma República americana possa olhar com desdém a superioridade republicana da maior, da mais robusta, da mais vivaz das Repúblicas modernas. Os Estados Unidos não são o país do *dollar* e do *bluff*, a terra da vaidade e da megalomania, que alguns observadores hábeis e interessantes, mas apressados e superficiais, nos têm pintado.

Não há nenhuma democracia de mais vida, nenhuma Constituição mais admirável, nenhuma opinião pública mais realmente soberana que as daquela maravilhosa nacionalidade, cuja vocação evidente no plano de evolução cristã do gênero humano lhe assegura destinos análogos, em poder e esplendor, em utilidade e grandeza, aos dois maiores impérios civilizadores que o globo tem visto, desde o de Roma até o da Grã-Bretanha, desde o que deu ao mundo os códigos eternos do direito privado até ao que o dotou com as instituições hoje universais, da liberdade e do sistema representativo.

Aquela nação, entretanto, senhores, tem experimentado a corrupção política numa escala tal, que só a intensidade sem par das energias poderia comportar sem arruinamento ou degenerescência das qualidades essenciais.

Mas, senhores, o que sobressai nos Estados Unidos, não é a extensão das aberrações observadas nos costumes do seu regímen. Não, senhores. Não é isso, mas as incomparáveis forças de resistência e eliminação, de preservação e revivescimento, com que o seu organismo, tão gigantesco na vitalidade quanto na grandeza, reage de contínuo, sem se decompor, nem abater, contra os vícios que o ameaçam.

Esses vícios enxameiam ali como os produtos malignos da exuberância do solo e das excitações do ambiente numa selva tropical. Recearíeis que essa vida subalterna e daninha acabasse dominando a redondeza, e submergindo na inundação da vida parasitária a grande vegetação dos arvoredos. Mas o próprio hálito da floresta a saneia. A sua sombra mesma a limpa das vidas rasteiras, que lhe rojam pelo chão, e um trabalho de reconstituição irresistível dia a dia vai renovando, na brenha, a multidão frondejante, agigantando os colossos da mata, e alentando-a para contar os séculos de sua duração ulterior pelos numerosos anos do seu primeiro crescimento.

Conheceram os Estados Unidos a corrupção desde a idade dos patriarcas, desde as administrações de Washington, Adams e Jefferson⁶. Os depoimentos do tempo da guerra civil sobre a dilapidação, o negociismo e a furacidade nas pastas militares durante o governo de Lincoln dão a idéia de “uma enchente de corrupção, que alagava o país, e subvertia o senso moral do povo”⁷

Calcula-se que, das despesas totais da União durante a luta separatista, uma quarta parte eram de caráter fraudulento e criminoso⁸. Em 1862, no Michigan, uma violenta moção, adotada pelo Congresso do Estado, exige, para os ladrões públicos, para os salteadores do Tesouro, a instituição da força⁹. Com as duas administrações do General Grant o devorismo administrativo chega à preamar¹⁰, De 1868 a 1871 irrompe, com o Tweed Ring, “o escândalo que mais fez pelo descrédito da democracia americana”¹¹.

Em Nova York, a maior das capitais americanas, tamanha chegou a ser outrora a corrupção política que a Assembléia Municipal obrigou os seus membros a tomarem, por juramento, o compromisso de não venderem os seus votos¹².

Não há muito que o Dr. Albert Shaw denunciava, na *Reviews of Reviews*, o regímen ferroviário dos Estados Unidos como um sistema de malversação geral, em que uma oligarquia de plutocratas absorve a nata da produção do país, embolsando sornateiramente centenas de milhares de milhões de dólares¹³.

⁶ HOAR, George F. *Autobiography of Seventy Years*. New York, Charles Scribner's Sons, 1903, vol. I, p.305. BROOKS, John Graham. *As Others See Us. A Study of Progress in the United States*. New York, The Macmillan, 1910, pp.335-36.

⁷ RHODES, James Ford. *History of the United States. From the Compromisse of 1850 to the final Restoration of Home Rule at the South in 1877*. New York, The Macmillan, 1910, vol. III, pp. 483, 573-5; vol. V, pp. 216-19.

⁸ *Id.*, vol. V, p. 220.

⁹ *Id.*, vol. V, 215.

¹⁰ *Id.*, vol VII, p. 182-89, 194-212.

¹¹ HART, Albert Bushnell. *The American Nation: A History National Ideals Historically Traced*. New York and London, Harper & Brother Publishers, 1907, vol. 26, p. 171-72.

¹² BROOKS, *op. cit.*, p. 338.

¹³ *Id.*, p. 245-46.

Lincoln Steffens, autor de dois livros tremendos, *A Vergonha das Cidades e Luta pela Democracia (Self Government)*, brada, à boca cheia, que já não há, nos Estados Unidos, “governo do povo pelo povo para o povo, mas o governo do povo pelos velhacos, para os ricos”¹⁴. Ao mesmo tempo, os melhores observadores estrangeiros, com os quais estão de acordo as melhores autoridades americanas, acusam os partidos e os seus costumes, naquele país, “de anularem a ação política dos indivíduos por um modo mais completo do que o das piores aristocracias, e realizarem, pelo despotismo dos mandões políticos (*bosses*), a tirania dos capitalistas”¹⁵.

Mas, diante de tais chagas, como se houveram, como se têm havido, como continuam a se haver os partidos, os homens e os jornais de responsabilidade? Queriam, ou querem, porventura, como aqui se está querendo, que se entrecerrassem as janelas à luz, para deixar a imoralidade a seu gosto, com pretexto de não se desacreditar o país?

Não, senhores, pelo contrário. O que se tem feito sempre, nos Estados Unidos, é investir sem piedade contra esses desaforos, e entregá-los a uma publicidade inexorável.

A comissão nomeada em 1862, para conhecer das irregularidades encontradas na pasta da Guerra, conclui o seu relatório declarando haverem-se descoberto “fraudes impudentes e gigantescas no governo”, confessando-se “acabrunhada de assombro e tristeza com as revelações apuradas”, mas opinando que “*a um povo livre não se deve ocultar coisa alguma do que tão intimamente o interessa*”¹⁶.

Na convenção republicana do Estado de Nova York, em 1876 uma das mais nobres figuras da política americana, George William Curtis, desfralda aos ventos a bandeira da verdade, como a da salvação pública.

A linguagem clara é a melhor — diz ele. As corrupções descobertas da administração pública em todos os sentidos que acabam de culminar, por último, na peita do ministro da Guerra, por ele mesmo confessada, a tendência incessante dos funcionários e agentes administrativos, neste país, a prostituírem, de contínuo e a todo o custo, aos seus interesses pessoais, as organizações dos partidos, têm suscitado por toda a parte apreensões entre os amigos do governo livre, sobressaltando, ao mesmo tempo, e assustando a massa honesta do Partido Republicano¹⁷.

¹⁴ SINCLAIR, Upton. *The Industrial Republic. A Study of the America of Ten Years Hence*. London, William Heinemann, 1907, p.150.

¹⁵ BROOKS, *op. cit.*, p. 269-70.

¹⁶ RHODES, *op. cit.*, vol. V, p. 217.

¹⁷ *Id.*, vol. VI, p. 192-93.

O ministro da Guerra, a que aludia Curtis, era o General Bellenap, em cujo processo de responsabilidade por concussão, um dos americanos mais conhecidos pela inteireza puritana do seu caráter, o senador Hoar, funcionando como agente da acusação, reuniu alguns dos exemplos mais graves e inquestionáveis de corrupção naquela terra em uma passagem memorável nos anais da eloquência americana.

A minha vida pública — dizia ele — muito curta e insignificante, mal excede a duração de um termo do mandato senatório. Mas, neste breve período, vi eu postos fora dos seus cargos cinco juizes de um alto tribunal dos Estados Unidos por ameaças de processo como prevaricadores ou venais. De lábios amigos ouvi cair sobre nós o labéu de que, quando os Estados Unidos se apresentaram no Oriente, para tomar parte, com o mundo civilizado, em uma generosa competência das artes que os alimentam a vida, *o único produto das instituições deste país, no qual se avantajava ela a todos os demais, era a sua corrupção*. No Estado que a todos os outros da União sobreleva em poder e opulência, vi quatro juizes dos seus tribunais responsabilizados por venalidade e o governo da sua capital reduzido à ignomínia e convertido em fábula do mundo. Vi o presidente da comissão de guerra na Câmara dos Representantes, hoje membro distinto desta corte, levantar-se da sua cadeira, e requerer a expulsão de quatro dos seus colegas, por haverem posto à venda a sua autoridade na seleção dos jovens admissíveis como alunos em a nossa grande escola militar. Quando se concluiu essa via férrea, a maior do globo que unificava este continente, e pôe em contato os dois grandes mares cujas ondas lavam as nossas costas, vi o triunfo e a exultação nacionais mergulhados em amargura opróbrio diante dos pareceres unânimes, onde três comissões do Congresso, na Câmara e no Senado, mostraram como na execução daquele grandioso cometimento reinara passo a passo a fraude. Tenho ouvido assoalhar, nas mais altas regiões, por homens encanecidos na política, a impudente doutrina de que o verdadeiro caminho para alcançar o poder, na República, é corromper a nação por meio dos cargos instituídos em seu proveito, e de que o verdadeiro objeto do governo, uma vez obtido, consiste em obedecer ao egoísmo, saciar a ambição, e servir às vinganças pessoais. Tenho visto a suspeita seguir o rasto até aos auxiliares do Presidente, até aos homens de sua confiança. São fatos estes, que a história já recolheu¹⁸.

Tais as palavras, com que, no Senado americano, desvendava as úlceras da política de sua terra, da sua administração, da sua justiça, o honesto republicano, cuja carreira parlamentar mediu trinta e cinco anos de extensão; que com essa mesma energia de 1876 soube verberar, em 1902, a política do seu país nas Filipinas, como a verberou, ainda, na questão do Panamá, e que, a poder de veracidade e independência, granjeou, nos Estados Unidos, o nome do modelo das virtudes do homem público entre os estadistas do seu tempo.

É que por homem público, ali, não se entende o que em certo outros países como esse, muito nosso conhecido, no qual um senador, saindo em terra, na capital de um dos Estados por onde passava, com duas mundanas pelo braço, que levava de bordo como

respeitáveis senhoras, as apresentava a um jornalista, que de caminho encontrou, dizendo-lhe:

- Apresento-lhe duas colegas nossas.
- Como assim?
- Mulheres públicas... homens públicos..

Natural era que nessa estima tivesse os homens públicos de seu país, que os considerasse como a metade complementar das mulheres públicas, o cabotino graduado, a quem não repugnava andar pelas ruas de sua terra, a cara descoberta, entre duas messalinas, de braço dado a uma e outra.

Mas, geralmente, nos países cristãos, a noção do homem público não é a do indivíduo de casa aberta à prostituição d'alma como à do corpo as vendilhoas de prazeres sexuais. Aí, o homem não é público, vendendo-se a todos, mas velando por todos, trabalhando no serviço de todos, consagrando-se à honra de todos, fazendo a todos o sacrifício do seu tempo, da sua inteligência e da sua vida.

Como tal, o homem público é o homem da confiança dos seus concidadãos, o de quem ele esperam a ciência e conselho, a honestidade e a lisura, o desinteresse e a lealdade; é o vigia da lei, o amigo da justiça, o sacerdote do civismo. Não pode ser o composto de uma tribuna e uma alcova, de uma escola e um balcão, de uma pena e uma gazua, de uma consciência e uma máscara. Só assim estará na condição de inspirar fé aos seus conterrâneos; e, se na fé consiste a crença, na fé a segurança, na fé a salvação, ninguém põe a sua fé senão onde tenha a convicção de se achar a verdade.

Logo, senhores, se o homem público há de viver na fé que inspirar aos seus concidadãos, o primeiro, o maior, o mais inviolável dos deveres do homem público é o dever da verdade: verdade nos conselhos, verdade nos debates, verdade nos atos; verdade no governo, verdade na tribuna, na imprensa e em tudo verdade, verdade e mais verdade. Pois, senhores, a política brasileira, e, em especial, a política baiana de hoje, inverteu esse princípio elementar. Em lugar de verdade, verdade e mais verdade, mentira, mentira e mais mentira: só mentira, mentira e mentira. Mentira nas instituições. Na administração mentira. Na tribuna e no telégrafo, e nos jornais, mentira, rementira e arquimentira.

Ai do que não aceitar a libré desta servidão ignóbil! Como esses terríveis esqualos, cuja voracidade assombra os mares, o monstro melindrado contra ele volverá todos os

¹⁸ HOAR, *op. cit.*, vol. I, p. 307-08.

incisivos dessa múltipla dentadura, de que a natureza dotou aquela espécie carniceira. Desde o mexerico e a mentirola até os mais graúdos maranhões, as novelas mais desabaladas e as calúnias mais sanhudas, mais insolentes, mais negras, tudo se multiplicará, borbulhando em fervedouro deredor do infeliz, que não sabe acomodar-se ao sistema da embusteria, da intrujice e da burla consagradas. Convertem-lhe nos seus contrários as qualidades mais evidentes: o talento em estupidez, a honradez em improbidade, a pureza em devassidão. Inteligência? Será um burro. Ciência? Um analfabeto. Honestidade? Um ladrão. Cidadão, filho, marido, pai de família reconhecidamente exemplar? Um canalha. Um parricida. Um devasso. Um crapuloso.

Já se ao menos esse forjar da mentira ao sol em pino corresse por conta particular dos que lhe batem a moedagem, e a põem em giro. Já se o seu despejo se contentasse com desmentir o adágio de que moeda falsa de noite passa, com exercer à luz do dia o seu mister de falsários, com falsar à claridade meridiana pesos, medidas e moedas, com citar de falso, trucar de falso, argüir em falso, e testemunhar falso, não a meio rosto, mas cara a cara, entrando em desafio rasgado com a verdade notória e conhecida por tal. Já se não passassem daí os excessos, desatinos e tresvarios da impudência, muito, mais que muito e muitíssimo seria, para que lho tolerassem, onde quer que algum traço restasse do respeito do homem a si mesmo, do hábito de se reagir contra o crime ao menos nas suas insolências.

O mais grave, porém, é que além desse mais que muito, desse muitíssimo, desse muito e muito, ainda vão eles mui muito e muitíssimo mais longe, entregando-se de bandeiras despregadas a esse descaradíssimo, nojosíssimo e perniciosíssimo sistema de falsificação pública, de falsificação ostentativa, de falsificação em aberta orgia, entregando-se a ele por conta dos governos, por conta da nação, por conta do povo, à custa de cujo suor, de cujas contribuições e de cujo dinheiro se pagam os estipendiários da maior das torpezas, os desonradores da mais nobre das profissões, os mercadeiros da mais ignóbil das mercaturas: os vendedores da imprensa ao poder.

Essas casas de prostituição intelectual estariam todas fechadas se lhes não valessem as chaves do Tesouro Nacional, dos tesouros estaduais, dos tesouros municipais que fazem todas naquelas fechaduras tão à justa quanto nas dos cofres públicos, de que deviam ser guardas, e são gazua, para os despejar e recheiar do seu conteúdo as arcas desses estafadores privilegiados.

O público não lhes merca os esquilidos produtos. Ninguém desperdiça os seus níqueis em tão vis alcaides. São as administrações públicas as que lhes custeiam a produção. Muitos desses alcoices não se abrem senão para o consumo desta clientela, tão subida no grau da posição, quanto rebaixada na vilania do abuso. Mas apenas se alistam na vida airada, e se dão a conhecer, ao mesmo passo que a freguesia limpa os evita, logo os vai buscando a clandestina concubinação do erário, e daí a nada mais uma impudência se esgargala no meretrício da mentira subvencionada, mais uma pécora começa a criar banhas, suar falsidades e vomitar eructações prostibulares ao serviço da República, do Estado, ou das municipalidades.

A consciência popular, mãe dos adágios, não ignora a regra de que *quem mal vive, por onde peca, por aí se castigue*. Por isso as castiga no bolso, negando-lhe os suspirados tostões. Mas que monta o cobre do povo a quem, com o perder, por isso mesmo ganha o ouro das administrações endinheiradas? Com a sombras destas, a seu soldo e sob as suas ordens, se instauram, chamando-se jornais, esses armazéns, essas fábricas, esses teares da mentira, onde noite e dia se urdem e tramam, se recamam e bordam, se estampam e marcam, se negociam a retalham, se expedem e distribuem à circulação da mais baixa curiosidade perfídias, vilanias, escândalos, horrores, tudo, em suma todo quanto possa alimentar a indústria da falsidade, o comércio da intriga, a desprezível arte da vilipendiação, o ministério professo de adulteração da verdade.

Esses almocreves de petas, esses recoveiros de maranhas, esses mascates de aleives, esses atacadistas e varejistas da mentira, ninguém os conhece melhor do que os que os assalariam, do que essas administrações desbragadas, uma de cujas mãos entra sorrateiramente nas arcas do erário, para as desvalijar do que com a outra metem nas algibeiras à imprensa corrompida.

Bem sabem esses governos que tudo mente num tal sistema. Mentem eles quando compram esses instrumentos. Mentem esses instrumentos quando se lhes vendem. Mentem vendidos e vendedores, compradores e comprados, vendendo aos consumidores das suas drogas, aos leitores dos seus escritos, por verdadeiro o que à légua sabem uns e outros ser absolutamente falso. Mentem eles todos uns aos outros, a si mesmos estão mentindo, e ao público não cessam de mentir com as suas notícias e o seu fraseado, com os seus assertos e as censuras, as suas indignações e severidade. Mentem no que asseveram e no que negam, no que inculcam ou ocultam, no que acusam, ou advogam. Ainda calando, ainda omitindo,

ainda se abstendo, continuariam a servir à mentira; porque abstenções, lacunas e silêncio, tudo se merca e paga, tudo se apreça e contrata, matéria de compra e venda é tudo.

Essa gente, industriada em denegrir, a expensas do suor dos contribuintes, aos brasileiros incorruptos, em lambar com servis adulações as mãos do peculato, que a engorda, em cobrir com vernizes e doiraduras as mais abjetas ações dos poderosos, que a sustentam, é a que não tolera às almas ainda limpas as asperidades da revolta contra o mal, os rigores e franquezas da verdade.

Havemos de nos inscrever todos na mesma cumplicidade com a podre oligarquia, que nos submerge em opróbrio. Havemos de nos mancomunar unânimes com os usufrutuários da putrescência constitucional, que desnatura a nossa nacionalidade. Havemos de transportar à política brasileira a filosofia dos antigos putredinários, reverenciando na podridão uma das colaboradoras da Providência na renovação dos entes criados. Havemos de renunciar ao próprio olfato, desenvolvendo em nós uma anosmia voluntária, para não sentir os miasmas do podreidoiro, cujas exalações, atravessando o oceano, já nos têm denunciado, na Europa, aos auditórios de industriais, negociantes e capitalistas, como o mais corrompido governo e o povo mais corrupto da terra.

E bem, senhores? Não tereis vós mesmos ouvido, todos quantos me estais escutando, esses pregões de vilipêndio, cujos brados, contra nós, de quando em quando, se lançam e ressoam além-mar, no velho continente e neste, entre banqueiros e comerciante entre prestamistas e financeiros, entre associações, empresas e sindicatos, que, tendo empregado o seu dinheiro e crédito em negócios brasileiros, nenhuma conveniência poderiam ter em nos marear a reputação, em nos promover o desconceito, em fomentar, assim, a baixa dos valores, onde trazem aplicados os seus capitais e envolvidos os seus interesses?

Pois quê! esses homens de negócio, esses especuladores em títulos nossos, esses administradores de concessões públicas, de explorações mercantis, de estabelecimentos industriais no Brasil, esses detentores de papéis de crédito da União, dos nossos Estados ou dos nossos municípios, em vez de recomendarem as suas mercadorias, animando a procura dos valores com os quais comerciam, tão sem acordo e tino andam, que vão ser os primeiros a despreçá-los no mercado, a lhes afugentar os compradores, a combalir a segurança dos seus próprios cometimentos, as condições de sua prosperidade, a indispor-se com o governo de cuja autoridade e com o povo de cujo concurso tanto dependem?

Já se vê que não. Se contra o que claramente lhes seria de toda prudência, a tais liberdades se abalançam, é que no próprio campo dos seus legítimos interesses palparam uma realidade indissimulável, e deixam as cautelas de parte, levados além de tudo o que poderiam tolerar calados, por se tratar de casos, nos quais, ainda quando não pudessem cumprir o dever de lealdade para com os seus constituintes, menos que correndo todos os riscos, mais valeria corrê-los, do que faltar à fé, e cair da honra, colaborando num silêncio de cumplicidade.

Se das severidades em que, destarte, incorre o governo, alguma parte resvala até o povo, é que o siso de todos os observadores sensatos, de todos o espectadores desinteressados e inteligentes, de todos os bons juizes deparáveis entre criaturas pensantes se recusa a conceber que no seio de uma nação moralizada se sucedam sem resistência e transmitam pacificamente o poder umas às outras administrações empapadas em desonestidade, sem que à conveniência pública se enseje, mais dia menos dia, algum meio de se desapressar das nojosas tiranias da corrupção.

São coisas, que entre nós se admitem, por estarmos atreitos a vê-las, mas que, fora daqui, não se vendo nunca, a ninguém se antolham possíveis. Tais raridades morais, é necessário, sentindo-as com os próprios sentidos, experimentá-las diretamente, para lhes cogitar na possibilidade. Quem as não viu, não as crê.

Mas por que será que a tão altas vozes tais coisas de nós se têm dito no estrangeiro e contra nós por ali correm mundo? Será porventura que os delatores de semelhantes vergonhas lhes hajam bebido a notícia na grita das oposições, e, meros ecos de atoardas caluniosas, as revendam como lhas venderam, sem exame e pela toada?

Bem se está vendo que não. Deu-lhes o cheiro a eles mesmos, e pelo faro seguiram no rasto das coisas. Escutaram com os próprios ouvidos. Viram com os seus olhos. Tiveram nas mãos contas e algarismos, papéis e documentos, os mais dos quais não seriam de publicar. Falam, em suma, de espécies, nas quais são testemunhas diretas, prevenciais, oculares, habilitadas a saber de raiz, interessadas em conhecer deveras, obrigadas a não falar senão ao certo.

Ora, isto suposto, senhores, quem é que subministra, no interior e no exterior, as más notícias do Brasil, aos que dele mal julgam, mal dizem, e escrevem mal os dados acusadores?

Pois então, se, quando nós argüimos os nossos costumes políticos e administrativos de corrupção ou imoralidade, não falássemos verdade segura e sabida, não tivéssemos por nós a realidade evidente e notória, esses argentários estrangeiros, esses administradores estrangeiros, esses elementos da opinião conservadora aqui e no estrangeiro, iriam bandear-se com as oposições, a que nenhuma comunhão de interesses os liga, para as servir na divulgação de caprichosas falsidades, inimizado-se com as administrações de boa nota, em quem os seus direitos não houvessem encontrado agravos, e debaixo de quem os seus interesses prosperassem com o prosperar geral dos do país? Essas vozes, conservadoras e práticas, ordeiras e desinteressadas em nossas contendas intestinas, vozes de elementos que, pelo mundo todo, puxam, de sua natureza, para o governo e o princípio da autoridade, — essas vozes emanam da experiência dos que as levantam, e surgem do seio de interesses honestos, conculcados ou maltratados nos seus direitos. São, portanto, a linguagem dos fatos, conhecidos e maneados por quem melhor os podia manear e conhecer, interpretados e argüidos por quem mais sobre seguro os poderia entender e argüir.

São homens que, postos em contato com a pública administração pelos vínculos regulares da sua dependência, pelas relações naturais dos serviços, em que presidem, com as autoridades centrais, estaduais, ou locais, trataram amiúde e de perto ministros, governadores, intendentes, senadores e deputados, freqüentaram as secretarias, palmilharam os corredores dos congressos, conheceram os corretores administrativos ou parlamentares, viram jogar o mistério dos bastidores nos negócios do poder, e se pronunciam como quem sondou as coisas na surgente de suas causas, no íntimo dos seus segredos, no mais certo das suas realidades.

Se, pois, é destas que nascem, e com elas que se autorizam essas queixas, essas acusações, esses libelos tremendos, em que, de longe a longe, irrompe contra nós a verdade nos círculos comerciais, financeiros ou monetários de um e outro continente, nada levam de novo à opinião estrangeira as revelações do nosso jornalismo, as indiscrições da nossa tribuna, as veemências de linguagem da nossa oposição contra os desmandos, atentados ou escândalos oficiais no Brasil.

Na ciência de tudo isso andam os estrangeiros que têm negócios conosco, mais correntes do que nós mesmos, quando bem informados. Do concurso desses averiguadores interessados na exata elucidação da verdade, resulta uma sindicância constante, uma

inquirição espontânea, um rigoroso conhecimento das circunstâncias mais miúdas e dos mais secretos incidentes da nossa vida, até onde possam interessar o juízo dos outros povos sobre o caráter, a civilização e o governo do nosso.

As oposições brasileiras, portanto, não vendem, nem podem vender bulas falsas ao estrangeiro acerca do Brasil. Em mentindo, não iludirão a vigilância desse tribunal permanente. Em falando verdade, por muito acerba, cruel e desabrida que seja ela, na substância ou na expressão, bem fora de rebaixar a nossa nacionalidade, não servirá senão para a honrar no conceito das outras, mostrando-lhes que a sociedade brasileira, a opinião brasileira, a consciência brasileira não morreram, e reagem, ao menos intelectual e moralmente, contra os cancros da nossa política, da nossa administração e do nosso governo.

Quem subministra, pois, elementos de descrédito do país, não são os cauterizadores do mal, senão os seus autores; não são os que expõem o mal à luz e ao ar, para lhe dar cura, mas os que o querem ter em abafos, para lhes dar vida; não são os que, discutindo o mal, mais cedo ou mais tarde sabido sempre, apenas, com a publicidade na censura, infligem aos abusos dos governos e às mazelas dos seus cúmplices a correção peculiar à natureza pública da sua situação e dos seus atos. Não, não são esses. São os que, a pretexto do bem e decoro geral, somente buscam no silêncio, porque instam, o cômodo e abrigo das suas cobiças e ambições.

Tem cabelos brancos o anexam, velho e revelho, onde a sabedoria dos nossos maiores nos ensinava que *em pessoa de cetro não há vício secreto*. Só os monarcas eram então pessoas de cetro; e, com serem, como eram, absolutos, já os seus humildes vassallos não lhes admitiam mancha, que se não descobrisse. Que fará nas democracias de hoje? Que não será nos regimens, onde se proclama a soberania do povo? *Aí as pessoas de cetro* são todas as que têm o mando nos negócios comuns, desde o chefe do Estado até os eleitores, desde os legisladores até os juizes, desde os tribunos até os jornalistas. O poder não é um antro: é um tablado. A autoridade não é uma capa, mas um farol. A política não é uma maçonaria, e sim uma liça. Queiram, ou não queiram, os que se consagraram à vida pública, até à sua vida particular deram paredes de vidro. Agrade, ou não agrade, as constituições que abraçaram o governo da Nação pela Nação, têm por suprema esta norma: para a Nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos; no procedimento dos seus servidores não cabe mistério; e toda encoberta, sonegação ou

reserva, em matéria de seus interesses, importa, nos homens públicos, traição ou deslealdade aos mais altos deveres do funcionário para com o cargo, do cidadão para com o país.

Acabarem os povos não menos que como acabam os enfermos desenganados, ignorando o de que padecem, o que os ameaça, o em que estão na contingência de morrer, boa lei será para a moral dos tiranos e dos escravos. Mas as raças chegadas à maioria e não resignadas à tutela dos interditos não se educam para o governo de si mesmas, senão examinando, sabendo e discutindo tudo. Aí, por agros e amaríssimos que sejam os assuntos ventilados, quando a verdade exige, muita vez se perderá por carta de menos, mas por carta de mais não há perder nunca.

Quanto mais robusta uma nacionalidade, mais largos os seus costumes no exercício desse direito. É um dos sintomas, por onde melhor se revela, em qualquer comunidade, a sua boa saúde moral. As que não suportam com serenidade a discussão dos escândalos públicos, e não reconhecem o civismo dos que, para os desmascarar, se afrontam com o poder, o dinheiro, a soberba dos grandes, ainda bem longe se acham dessa autonomia, em que se lhe embala a vaidade.

Se nisto erro, se esta não é, realmente, a verdade certa e sem engano, morrerei então, já não há remédio, morrerei na ignorância dos meus deveres mais elementares. De todos eles, com efeito, o em que, desde o meu balbuciar na vida pública, tenho levado a mira, é nesse: não transigir com a força, o poder, ou o escândalo; falar dos crimes públicos tanto mais alto, quanto mais graduados sejam; romper com mão intrépida o sigilo, onde se encovam os vícios cortejados; trocar todos os cômodos pelos riscos de ser o missionário da verdade, quando em torno dela tropeia, de arco e flecha, na selvagem dança dos aborígenes da república brasileira, a sanha dos nossos civilizados, os barbarizados da política nacional, os autores do retrocesso moral do Brasil e da estupenda ruína da Bahia.

Toda a vez que a imprensa ou a tribuna me solicitam, que para elas me atrai a corrente desse fluido irresistível na direção dos atos de minha vida, sempre se me formula dilematicamente o problema da minha atitude nestas duas alternativas: acamaradar-me com os dissimuladores das situações em que os interesses individuais conspiram contra o bem público? ou servir a todo o transe o bem público, embora ire, arme e junte contra mim os interesses particulares? Por outra: amortecer a consciência sedenta de verdade com o sussurro das conveniências, sempre à mão dos nossos apetites e, a pedir por boca, ao

alcance de todos eles? ou pôr a verdade e a consciência acima de qualquer consideração menos alta, dê no que der, suceda o que suceder?

Eis a questão. Eis o dilema. Ser, ou não ser. Ser ou não ser pelos mandamentos de Deus. Ser homem, ou animal. Ser espírito, ou coisa. Ser coração, ou ventre. Ser vontade, ou instrumento. Ser da minha pátria, ou da minha algibeira. Ser do Brasil, ou dos que o exploram. Não o “ser ou não ser” do monólogo de Hamlet, o ser ou não ser entre dois mistérios insondáveis. Mas o ser ou não ser entre duas soluções simples, ambas igualmente acessíveis à descrição humana, o ser ou não ser da lei, que já fulgurava nas tábuas do Sinai: Não levantarás falso testemunho. Isto é, senhores: Não mentirás.

A solução, pois, não era das que trazem atalhados e suspensos os grandes entendimentos. Quem quer que a quisesse, a tinha à mão de semear. Era a solução da obediência. Da obediência ao sumo preceito: não mentir. Era muito fácil. Jurei a mim mesmo essa obediência, e nunca tergiversei na lealdade a esse compromisso. Toda a minha vida pública se resume neste lema: não mentir.

Para não mentir ao Império, levantei-me contra a política, em que ele teve a sua sepultura. Para não mentir à República, organizei-lhe o regímen nessa Constituição, onde ela teria as garantias de sua realidade, se a quisessem observar. Para não mentir à Constituição, lutei, desde os Florianos até aos Hermes, contra os que a ignoraram, a corromperam, a estragaram, a destruíram. Para não mentir aos país, tenho adotado por norma da minha linguagem essa independência e intransigência, que me converteram no alvo dos ódios da máquina republicana. Para não mentir aos meus próprios votos de não mentir, magôo, desgosto, e, muitas vezes, me inimizo com as próprias causas, por cujos mais elevados interesses me abnego, e sacrifico.

Amizade, amor, não os sei entender senão como no-los dita a natureza melhorada, nas lições divinas: *Quos amo, arguo et castigo*. A quem amo, advirto e corrijo. Não sei praticar de outro modo o verdadeiro bem-querer. Assim pratico o dos a quem mais amo. Assim tenho praticado o de meus filhos. Assim praticaria hoje o de meus pais, se o Senhor me houvesse dado a graça de os ter comigo, numa idade em que meu juízo pudesse medir forças com os deles. *Quos amo, arguo et castigo*.

Concordar e animar nada custa. Contradizer e aconselhar, isto sim. Amantes nunca dissentem um do outro. Mas esposos, que não se saibam contrariar e advertir, é que não se sabem amar. É o que vai do amor lícito ao ilícito, do amor puro ao impuro, do mundano

amor ao amor santo. Um, todo carne, todo culpa, nasce do apetite, nele se ceva, e com ele acaba. Por isso é só blandícias, lisonja só e só mentira todo ele. O outro deriva do coração, e no espírito se acendra, pelo que vive de sinceridade, zelo e devoção, e todo ele é fé e confiança, todo estima e desvelo, todo escrúpulo e verdade. Esta a condição do amor casto, do amor fiel, do amor consagrado: o amor dos pais, o amor dos bem-casados, o amor da pátria, o amor de Deus.

Querem, agora, os que o não entendem, nem de o entender são capazes, fazer do amor da pátria um amor de impureza, o amor concubinário, amor de adulação e falsidade: amor dos sentidos, amor de alcova, amor de comércios clandestinos e hábitos cortesãos, amor de cobiça, imoralidade e ruína.

No pervertido sentir desses homens, a pátria não é a mãe adorada pelas suas virtudes, a imagem do pudor, e da nobreza e da honra no coração de seus filhos, a imaculada e inodoável, aos olhos deles, no seu respeito, idolatria e orgulho. Não. É a corrupta, a quem se desfrutam encobertamente os vícios, mas de que uma convenção hipócrita nos obriga a celebrar em público melindres, pudicícias e santidades.

Este sistema, que constitui a essência, a quintessência, a ultra-essência da mentira, lhe dá uma organização análoga a uma dessas indústrias de duas caras, com uma das quais se exerce o comércio honesto, com a outra um tráfico vil e obscuro. Com o rosto que olha para a rua, a mercancia honrada. Com o que diz para os fundos, a pudenda. Na seção reservada, um prostíbulo. No lado aparente, uma catedral. Ali os desvãos íntimos, os esconderijos seguros, as ladroeiras bem amuradas, onde se acoita o suborno, a dilapidação e o peculato, onde a política e a administração, à puridade, se entregam a todas as ignomínias do mau viver. Aqui, os salões, as galerias, os anfiteatros da comédia dramatizada, onde os mesmos atores daquelas cenas declamam e representam as da honestidade.

Os mesmos homens não de fazer, sucessiva ou simultaneamente, esses papéis inconciliáveis. Os representantes do povo, que se venderam ao poder, os negociatas, que sem profissão alguma enriqueceram dos seus votos nas comissões, dos seus discursos na tribuna, das suas corretagens nas secretarias, ou dos seus atos no governo, os *arrivistes* e *parvenus*, os *nouveau-riches* ou *profiteurs* do tráfico republicano, esses a quem Pinheiro Machado chamava “os gaviões de penacho”, querem ver-se acatados, querem que se lhes guarde reverência, querem que não lhes zunam pelas orelhas as pedradas, quando

assomam ao proscênio, engravatados na solenidade convencional, entoando epitalâmios e cânticos virginais à democracia sem mancha, em cujas entranhas se geram prodígios tais de civismo e austeridade.

Eis a encenação, o palco, a rampa alagada em luz, as gambiarras acesas *a giorno*, enquanto, para lá dos tangões donde caem os bastidores, fervilham, nos camarins, os mistérios galantes da vida real desse teatro na sua realidade. E, pela frente, nas poltronas de orquestra, nas cadeiras de estofa, nos lugares privilegiados, os *críticos d'arte*, organizando a *claque* do entusiasmo, estafam os prelos não em gabar os talentos cênicos dos grandes histriões, mas em meter nos cascos aos paturebas da platéia e torrinhas que não estão diante de um tablado, mas de um governo, de uma República, de uma democracia; que as personagens do espetáculo não são comediantes de chapa, mas varões ilustres, e que essas figurarias, essas embusterias, essas truânias deslavadas não constituem imposturas de um *Guignol* do gênero mais desacreditado, mas rasgos de seriedade, episódios da história honesta, verdadeiros lanços do serviço nacional.

Mas por que ir assim de encontro à evidência das coisas? Pelo amor d'arte, natural aos homens d'arte? Bem pode ser. Arte será tudo, e tudo serão artes. Os administradores que ladripam ou ladroam do Tesouro Público, para assalariar escritores, ou os escritores que embolsam tão vil salário, para embutir à opinião pública o contrário do que sentem, são artistas das mesmas artes: a da corrupção e a da impostura. Furtam uns e outros ao público, para o traír. Uns e outros iludem o público, para o despojar.

Enquanto esses casos eram esporádicos e acidentais, enquanto, de raros que eram, mal se conheciam, enquanto a sua estranheza lhes abria derredor um círculo de repulsão geral, a imprensa defrontava os abusos do poder como um poder de correção dos seus abusos, poder temeroso e temido.